MODALIDADE
Ch. Pública 007/2021
PA 051/2021
FLS 0047
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

IVAN RIBEIRO VIDAL SILVA

MODALIDADE
Ch. Pública 01/2021
PA 051/2021
FLS 451
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01 /2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	**Nome do Proponente**		**2. CPF**
	Ivan Ribeiro Vidal Silva		713.786.692-15
3.	**Endereço**	**4. Município/UF**	**5.CEP**
	Avenida José Pedro Vasconcelos, nº 2334, Alto dos Praxedes	Bom jardim/MA	65380-000

6.	**Nº da DAP Física**	**7. DDD/Fone**	**8.E-mail (quando houver)**
	SDW0713786692151203190435	(98) 991380036	
9.	**Banco**	**10.Nº da Agência**	**11.Nº da Conta Corrente**
	Banco do Brasil	1651-9	26.171-8

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
ITEM	**PRODUTO**	**Unidade**	**Quantidade**	**Unitário R$**	**Total**	**Cronograma de Entrega dos Produtos**
18	MACAXEIRA	KG	500	2,75	1.375,00	Semanal
20	MARACUJÁ	KG	1000	7,10	7.100,00	Semanal
21	MAXIXE	KG	20	9,00	180,00	Semanal
23	MILHO VERDE	KG	1.200	3,95	4.740,00	Semanal
24	PEPINO	KG	70	3,20	224,00	Semanal
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	10,50	105,00	Semanal
06	PIMENTÃO	KG	20	7,50	150,00	Semanal
27	QUIABO	KG	10	9,00	90,00	Semanal
30	VINAGREIRA	KG	80	5,00	400,00	Semanal
07	BETERRABA	KG	50	6,90	345,00	Semanal
01	ABÓBORA	KG	50	4,80	240,00	
09	CENOURA	KG	50	6,90	345,00	Semanal

MODALIDADE
Ch. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 052
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	**CNPJ**	**Município**
Secretaria Municipal de Educação	30.323.110/0001-55	Bom jardim/MA
Endereço		**Fone**
Rua Santo Antonio, SN, Centro		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		**CPF**
Joselia Lilian Cunha Ferreira		852.100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
Bom Jardim-MA, 20/04/2021	Juan Ribeiro Vidal Silva	713.786.692-15

João da Silva Sales (Neto)

MODALIDADE
Ch. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 453
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

JOÃO DA SILVA SALES

MODALIDADE
C.H. Pública 01/2021
PA 051/2021
FLS 454

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01 /2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	João da Silva Sales		165.313.612-04
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	Rua Miguel Meireles, nº 45, Meireles	Bom Jardim/MA	65380-000

6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	SDW0165313612041902201037	(98) 985814944	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	Banco do Brasil	1651-9	5.154-3

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
ITEM	Item	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	11,60	464,00	Semanal
14	FEIJÃO SECO	KG	100	8,00	800,00	Semanal
23	MILHO VERDE	KG	500	3,95	1.975,00	Semanal
18	MACAXEIRA	KG	400	2,75	1.100,00	Semanal
29	TAPIOCA	KG	300	8,00	2.400,00	Semanal
05	ABÓBORA	KG	40	4,80	192,00	Semanal
13	FAVA	KG	40	15,00	600,00	Semanal

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 0055
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	**CNPJ**	**Município**
Secretaria Municipal de Educação	30.323.110/0001-55	Bom jardim/MA
Endereço		**Fone**
Rua Santo Antonio, SN, Centro		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		**CPF**
Joselia Lilian Cunha Ferreira		852.100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas néste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	**Assinatura do Fornecedor Individual**	**CPF:**
Bom Jardim-MA, 20/04/2021	João da Silva	165.313.612-04

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 456
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

JOÃO MESQUITA ARAÚJO

MODALIDADE
Ch. Pública 01/2021
PA 051/2021
FLS 457
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	JOÃO MESQUITA ARAÚJO		868822013-15
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA BENEDITO LEITE VILA MUNIZ	BOM JARDIM-MA	65380-000

6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	086882201315190220110O	(98) 985671539	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	24346-9

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
18	MACAXEIRA	KG	300	2,75	825,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	8,00	640,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	600	3,95	2.370,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	900	4,83	4.320,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	20	3,73	74,60	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Publica 001/2021
PA 051/2021
FLS 458
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021		868822013-15

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 459
ASSINATURA

João Rodrigues da Silva - Prefeito

João Rodrigues da Silva - Prefeito

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 460
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01 /2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	**Nome do Proponente**		**2. CPF**
	João Rodrigues da Silva		156.475.872-91
3.	**Endereço**	**4. Município/UF**	**5.CEP**
	Povoado Rapadura Velho	Bom Jardim/MA	65380-000

6.	**Nº da DAP Física**	**7. DDD/Fone**	**8.E-mail (quando houver)**
	SDW01564758729111031903l1	(98) 984882476	
9.	**Banco**	**10.Nº da Agência**	**11.Nº da Conta Corrente**
	Banco do Brasil	1651-9	13.870-3

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
ITEM	**PRODUTO**	**Unidade**	**Quantidade**	**Unitário**	**Total**	**Cronograma de Entrega dos Produtos**
12	FARINHA AMARELA OU D'ÁGUA	KG	100	7,50	750,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	11,60	464,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	2,75	1.100,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	9,00	180,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	70	3,20	224,00	SEMANAL

João Rodrigues da Silva

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
P.A 051/2021
FLS. 461
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
Secretaria Municipal de Educação	30.323.110/0001-55	Bom jardim/MA
Endereço		**Fone**
Rua Santo Antonio, SN, Centro		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		**CPF**
Joselia Lilian Cunha Ferreira		852.100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
Bom Jardim-MA, 20/04/2021	João Rodrigues da Silva	156.475.872-91

MODALIDADE
Ch. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 462
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 163
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA		655402122-15
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA VILA ESPERANÇA Nº 28 BAIRRO VILA ESPERANÇA	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	001684328381140421 1039	(94) 988121608	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRADESCO	1411	0550846-0

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
05	BANANA	KG	400	4,83	1.932,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	70	13,00	910,00	SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	80	13,00	1.040,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	70	3,20	224,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	2,75	825,00	SEMANAL
01	ABÓBORA	KG	50	4,80	240,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	5,00	400,00	SEMANAL
03	ALFACE	KG	80	13,67	1.093,60	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	11,60	580,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	2000	1,80	3.600,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	1.500	3,95	5.925,00	
04	ARROZ	KG	200	8,27	1.654,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 05/2021
FLS 461
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	José Secundo Ribeiro da Silva	655402122-15

C.H. MODALIDADE
Pública DO 1/2021
PA 051/2021
FLS 465
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

JOSÉ LOTÉRIO

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 166
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	JOSÉ LOTÉRIO		29074738320
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA MILENA Nº 56 BAIRRO SANTA CLARA	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	029074738320160919100O	(98) 992417114	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
11	COUVE	KG	10	14,00	140,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	5,00	400,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	11,60	464,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	500	2,75	1.375,00	SEMANAL
28	REPOLHO	KG	20	7,50	150,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	800	4,83	3.864,00	SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	50	13,00	650,00	SEMANAL
03	ALFACE	KG	100	13,67	1.367,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH Pública 009/2021
PA 051/2021
FLS 167
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	José Loteiro	29074738320

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 468
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 469
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS		051655953-23
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	POVOADO SANTO ANTÔNIO	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	00516559532324062010l6	(98) 991556575	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
18	MACAXEIRA	KG	300	2,75	825,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	3,95	1.975,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	9,00	180,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	5,00	250,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	100	3,73	373,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	11,60	580,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Publica 001/2021
PA 051/2021
FLS 470
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	José Raimundo Moura Moura.	051655953-23

MODALIDADE
Ch. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS. 471
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO

MODALIDADE
DH. Publicado 01/2021
PA 051/2021
FLS 072
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO		652912983-91
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA 15 DE NOVEMBRO ESTRADA DO MARAJÁ	BOM JARDIM-MA	65380-000

6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	06529129839108052009 11	(98) 985695109	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	NORDESTE	00103	000033140-1

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
18	MACAXEIRA	KG	550	2,75	1.512,50	SEMANAL
05	BANANA	KG	1000	4,83	4.830,00	SEMANAL
20	MARACUJÁ	KG	400	7,10	2.840,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	8,00	640,00	SEMANAL

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 073
ASSINATURA

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	José Raimundo Rodrigues da Silva	652912983-91

MODALIDADE
CH. Pregão 001/2021
PA 051/2021
FLS 474
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

JOSELIAS DOS REIS

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021.
FLS 475
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	JOSELIAS DOS REIS		037513993-13
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	POVOADO BOA ESPERANÇA DA ÁGUA PRETA	BOM JARDIM-MA	65380-000

6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	003751399313130421 0948	(98) 992159211	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL		

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
10	COENTRO	KG	60	13,00	780,00	SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	50	13,00	650,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	500	4,83	2.415,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	2,75	825,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	9,00	90,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	100	3,73	373,00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	10,50	105,00	SEMANAL

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 476
ASSINATURA

RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	José Nicodemos Reis	037513993-13

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 477
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

JOSENILDO SILVA E SILVA

MODALIDADE
C.H. Rubéica DO 1/2021
PA 051/2021
FLS 478
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01 /2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	**Nome do Proponente**		**2. CPF**
	Josenildo Silva e Silva		923.082.523-91
3.	**Endereço**	**4. Município/UF**	**5.CEP**
	Avenida José Pedro Vasconcelos, SN	Bom jardim/MA	65380-000

6.	**Nº da DAP Física**	**7. DDD/Fone**	**8.E-mail (quando houver)**
	SDW09230825239119022011 46	(98) 991380036	
9.	**Banco**	**10.Nº da Agência**	**11.Nº da Conta Corrente**
	Banco do Brasil	1651-9	27.000-8

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
ITEM	**PRODUTO**	**Unidade**	**Quantidade**	**Unitário R$**	**Total**	**Cronograma de Entrega dos Produtos**
17	Limão	Kg	20	5,20	104,00	Semanal
18	Macaxeira	Kg	500	2,75	1.375,00	Semanal
21	Maxixe	Kg	20	9,00	180,00	Semanal
27	Quiabo	Kg	10	9,00	90,00	Semanal
29	Tapioca	Kg	400	8,00	3.200,00	Semanal
30	Vinagreira	Kg	80	5,00	400,00	Semanal
14	Feijão SECO	Kg	80	8,00	640,00	Semanal

MODALIDADE
C.H. Rubrica 001/2021
PA 051/2021
FLS. 479
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	**CNPJ**	**Município**
Secretaria Municipal de Educação	30.323.110/0001-55	Bom jardim/MA
Endereço		**Fone**
Rua Santo Antonio, SN, Centro		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		**CPF**
Joselia Lilian Cunha Ferreira		852.100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
Bom Jardim-MA, 20/04/2021	Josenildo Silva Silva	923.082.523-91

MODALIDADE
C.I. Pública 009/2021
PA 051/2021
FLS 480
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

JUSCELINO DA SILVA XAVIER

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 181
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	JUCELINO DA SILVA XAVIER		024865823-98
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA ARLINDO MENEZES Nº 334 CENTRO	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	002486582398250719095l	(98) 984024089	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BANCO DO NORDESTE	00103	000032646-7

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
14	FEIJÃO SECO	KG	50	8,00	400,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	3,95	1.795,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	60	5,00	300,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	400	4,83	1.932,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	2,75	1.100,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	100	3,73	373,00	SEMANAL
20	MARACUJÁ	KG	300	7,10	2.130,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 009/2021
PA 051/2021
FLS 182
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Jusclino da Silva Xavier	024865823-98

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 0511/2021
FLS 483
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

JULIO DA SILVA COELHO

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 484
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	JÚLIO DA SILVA COELHO		489255353-00
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	POVOADO TRÊS IRMÃOS	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	048925535300020518O912	(98) 991181936	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	26159-9

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
03	ALFACE	KG	40	13,67	546,80	SEMANAL
11	COUVE	KG	5	14,00	70,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	600	4,83	2898,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	8,00	640,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	11,60	464,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	15	9,00	135,00	SEMANAL

MODALIDADE
Ch. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 485
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Julio da Silva Coelho	489255353-00

C H. MODALIDADE Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 48L
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

LEIDIANE DE SOUSA CASTRO LOURENCIO

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 187
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	LEIDEIANE DE SOUSA CASTRO LOURENÇO		464052998-80
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA 15 DE NOVEMBRO S/N CENTRO	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	00538484934710101908 36	(98) 985847277	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
18	MACAXEIRA	KG	400	2,75	1.100,00	SEMANAL
01	ABÓBORA	KG	50	4,80	240,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	11,60	464,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	8,00	640,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	9,00	180,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	30	5,00	150,00	SEMANAL

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS. 0188
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Leidiane De Sousa Castro Laurencio	464052998-80

MODALIDADE
C H. Pública OD 1/2021
PA 05/1/2021
FLS 489
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

MANOEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 490
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	MANOEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA		82116873304
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA DA MAÇARANDUBA Nº 34 COHAB	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	082116873304101220092 4	(98) 984106271	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRADESCO	6480-7	0614224-9

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
18	MACAXEIRA	KG	400	2,75	1.100,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	300	4,83	1.149,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	5,00	250,00	SEMANAL
01	ABÓBORA	KG	50	4,80	240,00	SEMANAL

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS. 491
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Manoel da Conceição Ferreira	82116873304

MODALIDADE
Chamada Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 492
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

MANOEL NUNES DOS SANTOS

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS. 193
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	MANOEL NUNES DOS SANTOS		016.843.283-81
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA DO PEQUI Nº 77 COHAB	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	SDW0016843283811504211129	(98) 992164071	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
18	MACAXEIRA	KG	300	2,75	825,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	400	4,83	1.932,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	5,00	250,00	SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	20	13,00	260,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	30	13,00	390,00	SEMANAL

CH. MODALIDADE Pública 001/2021
PA 05/1/2021
FLS 494
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021		82116873304

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 495
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

MARCIA SILVA MEDEIROS

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 156
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	MARCIA SILVA MEDEIROS		664103553-00
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	POVOADO ESCADA DO CARÚ	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	066410355300260919121 4	(98) 985173881	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	28947-7

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
18	MACAXEIRA	KG	400	2,75	1.100,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	500	8,00	4.000,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	50	3,20	160,00	SEMANAL
13	FAVA	KG	40	15,00	600,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	8,00	400,00	SEMANAL
01	ABÓBORA	KG	50	4,80	240,00	SEMANAL
17	LIMÃO	KG	20	5,20	104,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 061/2021
FLS 497
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Marcia Silva Medeiros	664103553-00

MODALIDADE
CH-Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 458
ASSINATURA

Maria Eldanha Silva Diga - Perito

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 499
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01 /2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	**Nome do Proponente**		**2. CPF**
	MARIA ALDANHA SILVA DIGA		64913988387
3.	**Endereço**	**4. Município/UF**	**5.CEP**
	Povoado: VILA ABREU	Bom Jardim/MA	65380-000
6.	**Nº da DAP Física**	**7. DDD/Fone**	**8.E-mail (quando houver)**
	SDW0649139883871904211044	(98) 991527830	
9.	**Banco**	**10.Nº da Agência**	**11.Nº da Conta Corrente**
	BRASIL	1651-9	21995-9

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
Item	**PRODUTO**	**Unidade**	**Quantidade**	**Unitário**	**Total**	**Cronograma de Entrega dos Produtos**
17	LIMÃO	Kg	20	5,20	104,00	Semanal
03	ALFACE	Kg	50	13,67	683,50	Semanal
08	CEBOLINHA	Kg	40	13,00	520,00	Semanal
10	COENTRO	Kg	40	13,00	520,00	Semanal
27	QUIABO	Kg	10	9,00	90,00	Semanal
21	MAXIXE	Kg	20	9,00	180,00	Semanal

MODALIDADE
CH. Publica 001/2021
PA 051/2021
FLS 500
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	**CNPJ**	**Município**
Secretaria Municipal de Educação	30.323.110/0001-55	Bom jardim/MA
Endereço		**Fone**
Rua Santo Antônio, SN, Centro		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		**CPF**
Josélia Lilian Cunha Ferreira		852.100.483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	**Assinatura do Fornecedor Individual**	**CPF:**
Bom Jardim -MA, 20/04/2021	Maria Aldanha Silva Diza	64913988387

C.H. MODALIDADE
PA 0511/2021
FLS 501
ASSINATURA

Maria de Conceição Araújo - Projeto

MODALIDADE
Ch. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 502
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO		834923993-04
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA NOVA CANAÃ S/N VILA BOM JESUS	BOM JARDIM-MA	65380-000

6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	083492399304130421093 9	(98) 984544844	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
23	MILHO VERDE	KG	1.500	3,95	5.920,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	60	5,00	300,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	40	13,00	520,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	180,00	270,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	2.000	1,80	3.600,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	15	9,00	135,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	8,00	640,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pulata 09/11/2021
PA 051/2021
FLS 503
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Maria da Conceição Ana Nato	834923993-04

MODALIDADE
C.H. Pudim do Leão
PA 031/2021
FLS 304
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

MARIA DOMINGAS CRUZ DA CONCEIÇÃO

MODALIDADE
Ch. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 505
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	MARIA DOMINGAS CRUZ DA CONÇEIÇÃO		00457151307
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA GETÚLIO VARGAS Nº 34 CENTRO	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	000457151307060218102 3	(98) 992116595	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	25149-6

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
30	VINAGREIRA	KG	90	5,00	450,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	400	4,83	1932,00	SEMANAL
03	ALFACE	KG	40	13,67	546,80	SEMANAL
11	COUVE	KG	10	14,00	140,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	50	13,00	650,00	SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	50	13,00	650,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	2,75	1.100,00	SEMANAL
26	PIMENTÃO	KG	30	7,50	225,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pelotão 001/2021
PA 05/2021
FLS 506
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	maria de santa cruz da conceição	00457151307

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 507
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

MARIA FERREIRA DOS ANJOS

MODALIDADE
CH. Pública 01/202
PA 051/202
FLS. 508
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	MARIA FERREIRA DOS ANJOS		989304273-91
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA SÃO PAULO Nº 25 VILA SANTA CLARA	BOM JARDIM-MA	65380-000

6.	DAP	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	098930427391180220014 3	(98) 991750961	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1492-3	16925-0

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
18	MACAXEIRA	KG	550	2,75	1.512,50	SEMANAL
J8	CEBOLINHA	KG	30	13,00	390,00	SEMANAL
03	ALFACE	KG	30	13,67	410,10	SEMANAL
10	COENTRO	KG	30	13,00	390,00	SEMANAL
11	COUVE	KG	5	14,00	70,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	5,00	250,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	20	3,20	64,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	300	4,83	1.449,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 031/2021
FLS 509
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Maria Ferreira dos anjos	989304273-91

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 510
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

MARIA LÚCIA SILVA

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 511
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	MARIA LÚCIA SILVA		811441053-15
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA SARNEY FILHO S/ N MUTIRÃO	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	081144105315250219120 3	(98) 991009581	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	12204-1

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
05	BANANA	KG	800	4,83	3.864,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	60	11,60	969,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	600	2,75	1650,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	8,00	400,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	9,00	90,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	9,00	180,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	5,00	400,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	800	3,95	3.160,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS. 512
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Maria Lucia Silva	811441053-15

MODALIDADE
CH. Pública 088/2021
PA 051/2021
FLS 513
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

MARIA NEUDE GOMES OLIVEIRA

MODALIDADE
C H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 514
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	MARIA NEUDE GOMES OLIVEIRA		994474793-91
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	POVOADO SANTO ANTÔNIO DO ALVOREDO	BOM JARDIM-MA	65380-000

6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	099447479391190220120 6	(98) 984533440	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL		

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
10	COENTRO	KG	50	13,00	650,00	SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	50	13,00	650,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	5,00	250,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	40	3,20	128,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	9,00	180,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	200	2,75	550,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	400	4,83	1.932,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	150	8,00	1.200,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 515
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Maria Nilde Gomes Oliveira	994474793-91

C.H.P. MODALIDADE Pregão 001/2021
PA 051/2021
FLS 516
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

MOISÉS FERNANDES DA SILVA

CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 517
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	MOISES FERNANDES DA SILVA		149018543-72
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA 7 DE SETEMBRO S/N CENTRO	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	014901854372060619101 3	(98) 991262554	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	10085-4

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
05	BANANA	KG	800	4,83	3864,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	580	3,73	2.163,40	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	200	2,75	550,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 518
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Moisés Fernandes da Silva	149018543-72

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 519
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

RAIANES OLIVEIRA SANTANA

MODALIDADE
C.H. Publicação 01/2021
P.A 051/2021
FLS 520
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	RAIANES OLIVEIRA SANTANA		049341403-79
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
		BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	000885508343200520102O	(98)	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	28980-9

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
23	MILHO VERDE	KG	1.000	3,95	3.950,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	100	8,00	800,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	2,75	1.100,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	500	4,83	2.415,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	9,00	180,00	SEMANAL
12	FARINHA AMARELA OU DAGUA	KG	50	7,50	375,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	2.500	1,80	4.500,00	SEMANAL
02	AMEDOIN	KG	20	10,00	200,00	SEMANAL
04	ARROZ	KG	300	8,27	2.481,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	200	8,00	1.600,00	SEMANAL
17	LIMÃO	KG	20	5,20	104,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 521
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Raiane Oliveira Santana	049341403-79

MODALIDADE
C.I. Público 001/2021
PA 051/2021
FLS 522
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

RAIMUNDO NONATO SOUSA DA SILVA

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 523
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	RAIMUNDO NONATO SOUSA DA SILVA		987789093-72
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	RUA DO FLAMENGO S/N VILA MUNIZ	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	098778609372190220121 9	(98) 984344537	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	12130-4

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
10	COENTRO	KG	50	13,00	650,00	SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	50	13,00	650,00	SEMANAL
11	COUVE	KG	5	14,00	70,00	SEMANAL
03	ALFACE	KG	40	13,67	546,80	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	10,50	105,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	40	3,20	128,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	30	5,00	150,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	400	4,83	1932,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 524
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Raimundo Nonato S. da Silva	987789093-72

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2022
P.A 051/2021
FLS 525
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

RITA DA COSTA ANDRADE

MODALIDADE
CH. Público 001/2021
PA 051/2021
FLS 526
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	RITA DA COSTA ANDRADE		989692503-87
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	AVENIDA JOSÉ PEDRO VASCONCELOS S/N ALTO DO PRAXEDES	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	098969250387170220104 4	(98) 991397556	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	18823-9

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
11	COUVE	KG	10	14,00	140,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	30	13,00	390,00	SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	30	13,00	390,00	SEMANAL
16	LARANJA	KG	200	3,00	600,00	SEMANAL
03	ALFACE	KG	35	13,67	478,45	SEMANAL
05	BANANA	KG	200	4,83	966,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	2,75	1.100,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	5,00	400,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH Pública 07/202
PA 051/2021
FLS 527
Final
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Rita da Costa Andrade	989692503-87

MODALIDADE
CH. Pública 031/2021
PA 051/2021
FLS 528
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

ROMANA SILVA LEAL MEDEIROS

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 529
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	ROMANA SILVA LEAL MEDEIROS		557837753-04
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	POVOADO ESCADA DO CARÚ	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	012974978304230420103 3	(98) 984510935	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	13551-8

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
29	TAPIOCA	KG	550	8,00	4.400,00	SEMANAL
13	FAVA	KG	40	15,00	600,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	650	3,95	2.567,50	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	11,60	464,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	8,00	640,00	SEMANAL
01	ABÓBORA	KG	50	4,80	240,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 530
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Romana Silva ~~Real~~ Medeiros	557837753-04

CH. Pública 001/22
DATA 05/1/2021
FLS. 531
Saul
ASSINATURA

Valdinar Sousa Pereira - proreto

CH. MODALIDADE
PA 051/2021
LS 532
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	VALDENIR SOUSA PEREIRA		841137583-87
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	POVOADA QUILÔMETRO 18	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	DAP	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	085691259334070519085 5	(98) 991774363	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	7889-1

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
23	MILHO VERDE	KG	800	3,95	3.160,00	SEMANAL
20	MARACUJÁ	KG	300	7,10	2.130,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	800	4,83	3.864,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	2,75	1.100,00	SEMANAL
13	FAVA	KG	40	15,00	600,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	1.500	1,80	2.700,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 533
Ewerl
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

WASHIGTON LUÍS SILVA ALVES

MODALID.
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 534
ASSINA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	WASHIGTON LUÍS SILVA ALVES		338260643-72
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	GETULIO VARGAS S/N VILA MEIRELES	BOM JARDIM-MA	65380-000

6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	033825064372080618104O	(98) 984275355	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	13789-8

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
27	QUIABO	KG	10	9,00	90,00	SEMANAL
03	ALFACE	KG	100	13,67	1.367,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	5,00	250,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	70	13,00	910,00	SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	85	13,00	1.105,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 535
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Washington Luis Silva Alves	338260643-72

MODALIDADE
CH-Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 536
ASSINATURA

ENVELOPE Nº 02- PROJETO DE VENDA DO FORNECEDOR INDIVIDUAL

ZÉLIA DE JESUS LIMA

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 537
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	ZELIA DE JESUS LIMA		019495573-75
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	POVOADO VILA ABREU S/N	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	00317161130914042109 51	(98) 985467499	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	25006-6

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
10	COENTRO	KG	70	13,00	910,00	SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	80	13,00	1.040,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	5,00	400,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	2,75	825,00	SEMANAL

MODALIDADE C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 538
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	CNPJ	Município
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	30323110/0001-55	BOM JARDIM-MA
Endereço		Fone
RUA SANTO ANTÔNIO S/N CENTRO		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		CPF
JOSELMA LÍLIAN CUNHA FERREIRA		852100483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
BOM JARDIM 20/04/2021	Zélia de Jesus Lima.	019495573-75

MODALIDADE
CH Rebeca 001/2021
PA 051/2021
FLS 539
ASSINATURA

Zilmar Gomes da Silva - Projeto

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 540
ASSINATURA

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2021

- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL

1.	Nome do Proponente		2. CPF
	ZILMAR GOMES DA SILVA		026821903-67
3.	Endereço	4. Município/UF	5.CEP
	POVOADO TRÊS IRMÃOS	BOM JARDIM-MA	65380-000
6.	Nº da DAP Física	7. DDD/Fone	8.E-mail (quando houver)
	00268219036705032200323	(98) 991455917	
9.	Banco	10.Nº da Agência	11.Nº da Conta Corrente
	BRASIL	1651-9	25095-3

II- RELAÇÃO DOS PRODUTOS

				Preço de Aquisição*		
item	produto	Unidade	Quantidade	Unitário	Total	Cronograma de Entrega dos Produtos
30	VINAGREIRA	KG				SEMANAL
05	BANANA	KG	100			SEMANAL
08	CEBOLINHA	KG	40			SEMANAL
10	COENTRO	KG	40			SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10			SEMANAL
01	ABÓBORA	KG	40			SEMANAL
17	LIMÃO	KG	30			SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 541
ASSINATURA

III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

Nome	**CNPJ**	**Município**
Secretaria Municipal de Educação	30.323.110/0001-55	Bom jardim/MA
Endereço		**Fone**
Rua Santo Antônio, SN, Centro		(98) 984858031
Nome do Representante Legal		**CPF**
Josélia Lilian Cunha Ferreira		852.100.483-49

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	**Assinatura do Fornecedor Individual**	**CPF:**
Bom Jardim -MA, 20/04/2021	Zilmar Gomes da Silva	026821903-67

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 542
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

ATA DE SESSÃO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PNAE).

CHAMADA PÚBLICA: Nº 01/2021;
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 051/2021;
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;
ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ALIMENTAR ESCOLAR, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, com dispensa de licitação, Lei Nº 11.947, de 16/07/2009, Resolução Nº 26 do FNDE, de 17/06/2013 alterada pela Resolução FNDE Nº 04, de 02/04/2015.

No dia 20 (vinte) de abril ano de 2021 (dois mil e vinte e um) as 15h:00min (quinze) horas, em sessão aberta ao público, reuniram-se a Presidente da Comissão Permanente de Licitação deste Órgão e seus respectivos membros de apoio nomeados pela Portaria Nº 109/2021 – GB, sob a presidência da Senhora Ingrid Silva dos Santos e os membros do apoio Sr. Daniel Araújo Costa e a Sra. Margareth Thatcher de Sousa Oliveira, responsáveis pela Chamada Pública Nº 001/2021, cujo o objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, durante o ano letivo de 2021, aos alunos das escolas Municipais de Bom Jardim/MA, conforme especificações do Edital de Chamada Pública Nº 001/2021, com a finalidade de realizar a sessão de abertura dos envelopes de habilitação dos fornecedores. Dando início a sessão, constatou a participação de 63 (sessenta e três) envelopes de FORNECEDORES INDIVIDUAIS (não organizados em grupos) devidamente lacrados e entregues ao Departamento de Agricultura, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Agrário e Pesca, sendo assim credenciados os agricultores familiares abaixo:

FORNECEDORES INDIVIDUAIS:

1) ÁDILA KALINE SILVA, CPF Nº 615.164.983-48;
2) AILSON SILVA BRASIL, inscrita no CPF sob o número 011.690.283-30;
3) ALMIR ROGÉRIO SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 012.706.383-86;
4) ANTÔNIA BEZERRA DE HOLANDA RODRIGUES, inscrita no CPF sob o número 538.296.203-06;
5) ANTÔNIA BEZERRA SILVA, inscrita no CPF sob o número 008.529.163-37;
6) ANTÔNIO MAGNO RODRIGUES COELHO, inscrita no CPF sob o número 914.208.303-68;
7) ANTÔNIO MARCOS SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 616.516.903-16;
8) ANTÔNIO PORTO VIANA, inscrita no CPF sob o número 024.433.483-85;
9) ARMIR SOUSA LOTERIO, inscrita no CPF sob o número 003.615.223-47;
10) CARLOS ALBERTO DAVID TEIXEIRA, inscrita no CPF sob o número 033.533.871-29;
11) CARLOS MIGUEL MENDES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 066.718.793-62;
12) CLEIDE OLIVEIRA SOUSA, inscrita no CPF sob o número 992.206.443 -04;
13) CLEONILDE GAMA, inscrita no CPF sob o número 021.603.343-83;
14) DEIJACY VERAS ALMEIDA, inscrita no CPF sob o número 251.352.363-68;
15) DOM WILIAN CARLOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 615.071.683-06;
16) EDILSON PORTO VIANA, inscrita no CPF sob o número 936.902.073-04;
17) EDINALVA ALVES MARQUES, inscrita no CPF sob o número 003.800.383-07;
18) EDMILSON ALVES DA SILVA FILHO, inscrita no CPF sob o número 838.157.322-04;
19) ELEILSON SANTOS DE JESUS, inscrita no CPF sob o número 033.950.453-66;

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 513
ASSINATURA

20) ELISANGELA RODRIGUES LIRA, inscrita no CPF sob o número 041.080.243-38;
21) ELIZABETE SANTOS DE AZEVEDO, inscrita no CPF sob o número 332.016.923-87;
22) EVANDRO ACÁCIO DE MOURA COSTA, inscrita no CPF sob o número 690.533.162-72;
23) EVANILDO DOS SANTOS SILVA, inscrita no CPF sob o número 609.392.353-31;
24) EVERALDO SILVA NERES, inscrita no CPF sob o número 947.259.933-87;
25) FELIPE OLIVEIRA SANTOS, inscrita no CPF sob o número 062.953.733-05;
26) FRANCISCO SILVA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 021.387.523-30;
27) FRANCISCO SILVA NASCIMENTO ROCHA, inscrita no CPF sob o número 008.798873-97;
28) GERALDO LOPES PONTES, inscrita no CPF sob o número 290.734.643-15;
29) HILDENGARDEM SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 041.167.683-08;
30) HILGECIANE SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 052.200.753-81;
31) HILTON SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 826.173.923-68;
32) IONAR SILVA LIMA, inscrita no CPF sob o número 467.439.443-00;
33) IVAN RIBEIRO VIDAL SILVA, inscrita no CPF sob o número 713.786.692-15;
34) JOÃO DA SILVA SALES, inscrita no CPF sob o número 165.313.612-04;
35) JOÃO MESQUITA ARAÚJO, inscrita no CPF sob o número 868.822.013-15;
36) JOÃO RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 156.475.872-91;
37) JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 655.402.122-15;
38) JOSÉ LOTÉRIO, inscrita no CPF sob o número 290.747.383-20;
39) JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS, inscrita no CPF sob o número 051.655.953-23;
40) JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, inscrita no CPF sob o número 652.912.983-91;
41) JOSELIAS DOS REIS, inscrita no CPF sob o número 037.513.993-13;
42) JOSENILDO SILVA E SILVA, inscrita no CPF sob o número 923.082.523-91;
43) JUCELINO DA SILVA XAVIER, inscrita no CPF sob o número 024.865.823-98;
44) JÚLIO DA SILVA COELHO, inscrita no CPF sob o número 489.255.353-00;
45) LEIDEIANE DE SOUSA CASTRO LOURENÇO, inscrita no CPF sob o número 464.052.998-80;
46) MANOEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA, inscrita no CPF sob o número 821.168.733-04;
47) MANOEL NUNES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 016.843.283-81;
48) MARCIA SILVA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 664.103.553-00;
49) MARIA ALDANHA SILVA DIGA, inscrita no CPF sob o número 649.139.883-87;
50) MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO, inscrita no CPF sob o número 834.923.993-04;
51) MARIA DOMINGAS CRUZ DA CONÇEIÇÃO, inscrita no CPF sob o número 004.571.513-07;
52) MARIA FERREIRA DOS ANJOS, inscrita no CPF sob o número 989.304.273-91;
53) MARIA LÚCIA SILVA, inscrita no CPF sob o número 811.441.053-15;
54) MARIA NEUDE GOMES OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o número 994.474.793-91;
55) MOISES FERNANDES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 149.018.543-72;
56) RAIANES OLIVEIRA SANTANA, inscrita no CPF sob o número 049.341.403-79;
57) RAIMUNDO NONATO SOUSA DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 987.789.093-72;
58) RITA DA COSTA ANDRADE, inscrita no CPF sob o número 989.692.503-87;
59) ROMANA SILVA LEAL MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 557.837.753-04;
60) VALDENIR SOUSA PEREIRA, inscrita no CPF sob o número 841.137.583-87;
61) WASHIGTON LUÍS SILVA ALVES, inscrita no CPF sob o número 338.260.643-72;
62) ZELIA DE JESUS LIMA, inscrita no CPF sob o número 019.495.573-75;
63) ZILMAR GOMES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 026.821.903-67.

Dando sequencia os envelopes foram avistados pela Comissão Permanente de Licitação e posteriormente abertos. Verificou-se que todos os fornecedores estavam com seus documentos de acordo com as exigências da Chamada Pública Nº 001/2021 (documentos anexos) e também conforme §1º do Art. 14 da Lei Nº 11.947/2009 e resoluções do FNDE relativas ao PNAE. Razão pela qual a presidente da CPL declara todos os fornecedores HABILITADOS.

Em seguida a Comissão procedeu-se o julgamento, resultando na seguinte ordem:

MODALIDADE
CH. Pública 007/2024
PA 057/2024
FLS 545
SIGNATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

ÁDILA KALINE SILVA						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
17	LIMÃO	KG	20	R$ 5,20	R$ 104,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	300	R$ 4,83	R$ 1.449,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$ 400,00	SEMANAL
6	BATATA DOCE	KG	100	R$ 4,27	R$ 427,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	2.000	R$ 3,95	R$ 7.900,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	30	R$ 9,00	R$ 270,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	60	R$ 3,20	R$ 192,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00	SEMANAL
3	ALFCE	KG	70	R$ 13,67	R$ 956,90	SEMANAL
TOTAL					**R$ 14.593,90**	

AILSON SILVA BRASIL					
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$ 400,00	SEMANAL
FARINHA AMARELA OU D'ÁGUA	KG	80	R$ 7,50	R$ 600,00	SEMANAL
TAPIOCA	KG	100	R$ 8,00	R$ 800,00	SEMANAL
CEBOLINHA	KG	30	R$ 13,00	R$ 390,00	SEMANAL
COENTRO	KG	30	R$ 13,00	R$ 390,00	SEMANAL
ALFACE	KG	25	R$ 13,67	R$ 341,75	SEMANAL
QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
VINAGREIRA	KG	40	R$ 5,00	R$ 200,00	SEMANAL
ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
TOTAL				**R$ 4.031,75**	

ALMIR ROGÉRIO SILVA DOS SANTOS						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	25	R$ 9,00	R$ 225,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	40	R$ 3,20	R$ 128,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	200	R$ 2,75	R$ 550,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$ 400,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 007/2024
PA 051/2024
FLS 545
ASSINATURA

27	QUIABO	KG	15	R$ 9,00	R$ 135,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	200	R$ 8,00	R$ 1.600,00	SEMANAL
TOTAL					**R$ 3.278,00**	

ANTÔNIA BEZERRA DE HOLANDA RODRIGUES						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	4000	R$ 1,80	R$ 7.200,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	1000	R$ 3,95	R$ 3.950,00	SEMANAL
TOTAL					**R$ 13.565,00**	

ANTÔNIA BEZERRA SILVA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
10	COENTRO	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	200	R$ 2,75	R$ 550,00	SEMANAL
17	LIMÃO	KG	30	R$ 5,20	R$ 156,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	60	R$ 5,00	R$ 300,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$ 400,00	SEMANAL
TOTAL					**R$ 2.991,00**	

ANTÔNIO MAGNO RODRIGUES COELHO					
ITEM	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
MAMÃO	KG	100	R$ 3,73	R$ 373,00	SEMANAL
FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
MILHO VERDE	KG	500	R$ 3,95	R$ 1.975,00	SEMANAL
MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pubblica 001/2021
PA 05/1/2021
FLS 546
Edital

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

BANANA	KG	400	R$ 4,83	R$ 1.932,00	SEMANAL
CEBOLINHA	KG	40	R$ 13,00	R$ 520,00	SEMANAL
QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
COENTRO	KG	40	R$ 13,00	R$ 520,00	SEMANAL
TOTAL				**R$ 7.479,00**	

ANTÔNIO MARCOS SILVA DOS SANTOS						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
5	BANANA	KG	2000	R$ 4,83	R$ 9.660,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	100	R$ 8,00	R$ 800,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	R$ 3,95	R$ 1.975,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	1900	R$ 1,80	R$ 3.420,00	SEMANAL
TOTAL					**R$ 17.260,00**	

ANTÔNIO PORTO VIANA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	20	R$ 11,60	R$ 232,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	800	R$ 4,83	R$ 3.864,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	250	R$ 8,00	R$ 2.000,00	SEMANAL
1	ABOBÓRA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	40	R$ 5,00	R$ 200,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	30	R$ 8,00	R$ 240,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	60	R$ 3,20	R$ 192,00	SEMANAL
TOTAL					**R$ 8.068,00**	

ARMIR SOUSA LOTERIO						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
10	COENTRO	KG	85	R$ 13,00	R$ 1.105,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00	SEMANAL
11	COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
TOTAL					**R$ 2.285,00**	

CARLOS ALBERTO DAVID TEIXEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 547
Ecm
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
LIMÃO	KG	20	R$ 5,20	R$ 104,00	SEMANAL
MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
QUIABO	KG	15	R$ 9,00	R$ 135,00	SEMANAL
TAPIOCA	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
TOTAL				**R$ 2.864,00**	

CARLOS MIGUEL MENDES DOS SANTOS						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
20	MARACUJÁ	KG	1500	R$ 7,10	R$ 10.650,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	R$ 3,95	R$ 1.975,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 13.194,00**

CLEIDE OLIVEIRA SOUSA						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
12	FARINHA AMARELA OU D'ÁGUA	KG	70	R$ 7,50	R$ 525,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	200	R$ 8,00	R$ 1.600,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 3.590,00**

CLEONILDE GAMA						
ITEM	PRODUTO UNIDADE		QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	60	R$ 3,20	R$ 192,00	SEMANAL
30	VIVAGREIRA	KG	60	R$ 5,00	R$ 300,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	25	R$ 9,00	R$ 225,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 2.702,00**

MODALIDADE
CH. Pubblica 06/1/2021
PA 05/1/2021
FLS 548
Eac

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

DEIJACY VERAS ALMEIDA						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	40	R$ 3,20	R$ 128,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	400	R$ 3,95	R$ 1.580,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 3.048,00**

DOM WILIAN CARLOS DA SILVA					
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
MACAXEIRA	KG	500	R$ 2,75	R$ 1.375,00	SEMANAL
MILHO VERDE	KG	800	R$ 3,95	R$ 3.160,00	SEMANAL
FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
TOTAL					**R$ 5.115,00**

EDILSON PORTO VIANA						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
23	MILHO VERDE	KG	3.000	R$ 3,95	R$11.850,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	100	R$ 5,00	R$500,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$1.100,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$240,00	SEMANAL
TOTAL						R$ 13.690,00

EDINALVA ALVES MARQUES						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
6	BATATA DOCE	KG	150	R$ 4,27	R$ 640,50	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	20	R$ 13,00	R$ 260,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	40	R$ 4,80	R$ 192,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 1.917,50**

EDMILSON ALVES DA SILVA FILHO					
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS

MODALIDADE
CH-Publica 001/2021
FLS 051/021
549

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

MACAXEIRA	KG	200	R$ 2,75	R$ 550,00	SEMANAL
VINAGREIRA	KG	20	R$ 5,00	R$ 100,00	SEMANAL
BANANA	KG	400	R$ 4,83	R$ 1.932,00	SEMANAL
FEIJÃO SECO	KG	60	R$ 8,00	R$ 480,00	SEMANAL
BATATA DOCE	KG	50	R$ 4,27	R$ 213,50	SEMANAL
TOTAL					**R$ 3.275,50**

ELEILSON SANTOS DE JESUS						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
22	MELANCIA	KG	5000	R$ 1,80	R$ 9.000,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 9.000,00**

ELISANGELA RODRIGUES LIRA					
ITEM	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
COENTRO	KG	40	R$ 13,00	R$ 520,00	SEMANAL
CEBOLINHA	KG	40	R$ 13,00	R$ 520,00	SEMANAL
TOTAL					**R$ 2.005,00**

ELIZABETE SANTOS DE AZEVEDO						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
10	COENTRO	KG	25	R$ 13,00	R$ 325,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	25	R$ 13,00	R$ 325,00	SEMANAL
11	COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	40	R$ 13,67	R$ 546,80	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	40	R$ 5,00	R$ 200,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	40	R$ 4,80	R$ 192,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 2.643,80**

EVANDRO ACÁCIO DE MOURA COSTA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 007/2021
PA 051/2021
FLS 550
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

23	MILHO VERDE	KG	400	R$ 3,95	R$ 1.580,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
2	AMEDOIN	KG	60	R$ 10,00	R$ 600,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	40	R$ 4,80	R$ 192,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 4.916,00**

EVANILDO DOS SANTOS SILVA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
23	MILHO VERDE	KG	450	R$ 3,95	R$ 1.777,50	SEMANAL
24	PEPINO	KG	50	R$ 3,20	R$ 160,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 2.517,50**

EVERALDO SILVA NERES						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
5	ALFACE	KG	50	R$ 13,67	R$ 683,50	SEMANAL
30	PEPINO	KG	70	R$ 3,20	R$ 224,00	SEMANAL
15	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
6	BATATA DOCE	KG	100	R$ 4,27	R$ 427,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
10	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
	MELANCIA	KG	1.100	R$ 1,80	R$ 1.980,00	SEMANAL
10	COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 5.979,50**

FELIPE OLIVEIRA SANTOS						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	800	R$ 4,83	R$ 3.864,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	700	R$ 3,95	R$ 2.765,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
6	BATATA DOCE	KG	200	R$ 4,27	R$ 854,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	20	R$ 13,00	R$ 260,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 9.823,00**

FRANCISCO SILVA MEDEIROS						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

CH. Publica 003/2021
PA 051/2021
FLS 551
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

23	MILHO VERDE	KG	800	R$ 3,95	R$ 3.160,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	570	R$ 8,00	R$ 4.560,00	SEMANAL
13	FAVA	KG	40	R$ 15,00	R$ 600,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	40	R$ 4,80	R$ 192,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	60	R$ 8,00	R$ 480,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 10.281,00**

FLAVIA DEODORA SILVA ROCHA NASCIMENTO						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
5	BANANA	KG	500	R$ 4,83	R$ 2.415,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2,75	R$ 1.375,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$ 400,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 6.624,00**

GERALDO LOPES PONTES						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
11	COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
28	REPOLHO	KG	30	R$ 7,50	R$ 225,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$ 400,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2,75	R$ 1.375,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	800	R$ 4,83	R$ 3.864,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	80	R$ 13,67	R$ 1.093,60	SEMANAL
TOTAL						**R$ 9.781,60**

HELDENGARDEM SOUSA BRITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH-Pública 001/2021
PA 05/1/2021
FLS 552
Eliel

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
23	MILHO VERDE	KG	800	R$ 3,95	R$ 3.160,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	100	R$ 8,00	R$ 800,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2,75	R$ 1.375,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 5.585,00**

HILGECIANE SOUSA BRITO						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	60	R$ 4,80	R$ 288,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	60	R$ 13,67	R$ 820,20	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 4.268,20**

HILTON SOUSA BRITO						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 2.590,00**

IONAR SILVA LIMA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
17	LIMÃO	KG	20	R$ 5,20	R$ 104,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	500	R$ 4,83	R$ 2.415,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	100	R$ 8,00	R$ 800,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	1.600	R$ 3,95	R$ 6.320,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 553
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	60	R$ 3,20	R$ 192,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00	SEMANAL
6	BATATA DOCE	KG	100	R$ 4,27	R$ 427,00	SEMANAL
3	ALFCE	KG	70	R$ 13,67	R$ 956,90	SEMANAL
TOTAL						**R$ 14.564,90**

IVAN RIBEIRO VIDAL SILVA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO R$**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2,75	R$ 1.375,00	SEMANAL
20	MARACUJÁ	KG	1000	R$ 7,10	R$ 7.100,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	1.200	R$ 3,95	R$ 4.740,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	70	R$ 3,20	R$ 224,00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
6	PIMENTÃO	KG	20	R$ 7,50	R$ 150,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
7	BETERRABA	KG	50	R$ 6,90	R$ 345,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
9	CENOURA	KG	50	R$ 6,90	R$ 345,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 15.294,00**

JOÃO DA SILVA SALES						
ITEM	**ITEM**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	100	R$ 8,00	R$ 800,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	R$ 3,95	R$ 1.975,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	300	R$ 8,00	R$ 2.400,00	SEMANAL
5	ABÓBORA	KG	40	R$ 4,80	R$ 192,00	SEMANAL
13	FAVA	KG	40	R$ 15,00	R$ 600,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 7.531,00**

JOÃO MESQUITA ARAÚJO

MODALIDADE
CH. Pública 007/2021
FA 05/1/2021
FLS 554
Enid
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	600	R$ 3,95	R$ 2.370,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	900	R$ 4,83	R$ 4.320,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	20	R$ 3,73	R$ 74,60	SEMANAL
TOTAL						**R$ 8.229,60**

JOÃO RODRIGUES DA SILVA						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
12	FARINHA AMARELA OU D'ÁGUA	KG	100	R$ 7,50	R$ 750,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	70	R$ 3,20	R$ 224,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 2.718,00**

JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
5	BANANA	KG	400	R$ 4,83	R$1.932,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	70	R$ 13,00	R$910,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$1.040,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	70	R$ 3,20	R$224,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$825,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$240,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$400,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	80	R$ 13,67	R$1.093,60	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$580,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	2000	R$ 1,80	R$3.600,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	1.500	R$ 3,95	R$5.925,00	SEMANAL
4	ARROZ	KG	200	R$ 8,27	R$1.654,00	SEMANAL
TOTAL						**R$: 18.423,60**

JOSÉ LOTÉRIO						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS. 555
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

						PRODUTOS
11	COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2,75	R$ 1.375,00	SEMANAL
28	REPOLHO	KG	20	R$ 7,50	R$ 150,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	800	R$ 4,83	R$ 3.864,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	100	R$ 13,67	R$ 1.367,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 8.410,00**

JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	R$ 3,95	R$ 1.975,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	100	R$ 3,73	R$ 373,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 4.183,00**

JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	550	R$ 2,75	R$ 1.512,50	SEMANAL
5	BANANA	KG	1000	R$ 4,83	R$ 4.830,00	SEMANAL
20	MARACUJÁ	KG	400	R$ 7,10	R$ 2.840,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 9.822,50**

JOSELIAS DOS REIS						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	500	R$ 4,83	R$ 2.415,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	100	R$ 3,73	R$ 373,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 556
ASSINATURA

25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 5.238,00**

JOSENILDO SILVA E SILVA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO R$**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
17	LIMÃO	KG	20	R$ 5,20	R$ 104,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2,75	R$ 1.375,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	400	R$ 8,00	R$ 3.200,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 5.989,00**

JUCELINO DA SILVA XAVIER						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$400,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	R$ 3,95	R$1.975,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	60	R$ 5,00	R$300,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	400	R$ 4,83	R$1.932,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$1.100,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	100	R$ 3,73	R$373,00	SEMANAL
20	MARACUJÁ	KG	300	R$ 7,10	R$2.130,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 8.210,00**

JÚLIO DA SILVA COELHO						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
3	ALFACE	KG	40	R$ 13,67	R$ 546,80	SEMANAL
11	COUVE	KG	5	R$ 14,00	R$ 70,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	600	R$ 4,83	R$ 2.898,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	15	R$ 9,00	R$ 135,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 4.753,80**

LEIDEIANE DE SOUSA CASTRO LOURENÇO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 557
Eliud
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	30	R$ 5,00	R$ 150,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 2.774,00**

MANOEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	300	R$ 4,83	R$ 1.149,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 2.739,00**

MANOEL NUNES DOS SANTOS						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
05	BANANA	KG	400	R$ 4,83	R$ 1.932,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	20	R$ 13,00	R$ 260,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	30	R$ 13,00	R$ 390,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 3.657,00**

MARCIA SILVA MEDEIROS						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	500	R$ 8,00	R$ 4.000,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	50	R$ 3,20	R$ 160,00	SEMANAL
13	FAVA	KG	40	R$ 15,00	R$ 600,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$ 400,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
17	LIMÃO	KG	20	R$ 5,20	R$ 104,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 6.604,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

CH. Pública 001/2021
05/1/2021
FLS. 558
Ciane
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

MARIA ALDANHA SILVA DIGA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
17	LIMÃO	KG	20	R$ 5,20	R$ 104,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	50	R$ 13,67	R$ 683,50	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	40	R$ 13,00	R$ 520,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	40	R$ 13,00	R$ 520,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 2.097,50**

MARIA CONCEIÇÃO ARAÚJO						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
23	MILHO VERDE	KG	3.500	R$ 3,95	R$13.825,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	60	R$ 5,00	R$300,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	40	R$ 13,00	R$520,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 180,00	R$180,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	2.000	R$ 1,80	R$3.600,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	15	R$ 9,00	R$135,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$640,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 19.200,00**

MARIA DOMINGAS CRUZ DA CONCEIÇÃO						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
30	VINAGREIRA	KG	90	R$ 5,00	R$ 450,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	400	R$ 4,83	R$ 1.932,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	40	R$ 13,67	R$ 546,80	SEMANAL
11	COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
26	PIMENTÃO	KG	30	R$ 7,50	R$ 225,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 5.693,80**

MARIA FERREIRA DOS ANJOS						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	550	R$ 2,75	R$ 1.512,50	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	30	R$ 13,00	R$ 390,00	SEMANAL

CH: Publicação 001/2021
PA 051/2021
FLS 559
Eiane

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

3	ALFACE	KG	30	R$ 13,67	R$ 410,10	SEMANAL
10	COENTRO	KG	30	R$ 13,00	R$ 390,00	SEMANAL
11	COUVE	KG	5	R$ 14,00	R$ 70,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	20	R$ 3,20	R$ 64,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	300	R$ 4,83	R$ 1.449,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 4.535,60**

MARIA LÚCIA SILVA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
5	BANANA	KG	800	R$ 4,83	R$3.864,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	60	R$ 11,60	R$696,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	600	R$ 2,75	R$1.650,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$400,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$90,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$180,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$400,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	800	R$ 3,95	R$3.160,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 10.440,00**

MARIA NEUDE GOMES OLIVEIRA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
10	COENTRO	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	40	R$ 3,20	R$ 128,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	200	R$ 2,75	R$ 550,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	400	R$ 4,83	R$ 1.932,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	150	R$ 8,00	R$ 1.200,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 5.540,00**

MOISES FERNANDES DA SILVA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
5	BANANA	KG	800	R$ 4,83	R$ 3.864,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	580	R$ 3,73	R$ 2.163,40	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	200	R$ 2,75	R$ 550,00	SEMANAL

MODALIDADE
CH. Publica 001/2021
PA 05/1/2021
FLS 560
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

TOTAL	R$ 6.577,40

RAIANES OLIVEIRA SANTANA						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
23	MILHO VERDE	KG	1.000	R$ 3,95	R$ 3.950,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	100	R$ 8,00	R$ 800,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	500	R$ 4,83	R$ 2.415,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
12	FARINHA AMARELA OU D'AGUA	KG	50	R$ 7,50	R$ 375,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	2.500	R$ 1,80	R$ 4.500,00	SEMANAL
2	AMEDOIN	KG	20	R$ 10,00	R$ 200,00	SEMANAL
4	ARROZ	KG	300	R$ 8,27	R$ 2.481,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	200	R$ 8,00	R$ 1.600,00	SEMANAL
17	LIMÃO	KG	20	R$ 5,20	R$ 104,00	SEMANAL
TOTAL						R$ 17.705,00

RAIMUNDO NONATO SOUSA DA SILVA						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
10	COENTRO	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
11	COUVE	KG	5	R$ 14,00	R$ 70,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	40	R$ 13,67	R$ 546,80	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	40	R$ 3,20	R$ 128,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	30	R$ 5,00	R$ 150,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	400	R$ 4,83	R$ 1.932,00	SEMANAL
TOTAL						R$ 4.231,80

RITA DA COSTA ANDRADE						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
11	COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	30	R$ 13,00	R$ 390,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	30	R$ 13,00	R$ 390,00	SEMANAL
16	LARANJA	KG	200	R$ 3,00	R$ 600,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	35	R$ 13,67	R$ 478,45	SEMANAL

CH - Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 561
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

5	BANANA	KG	200	R$ 4,83	R$ 966,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 4.464,45**

ROMANA SILVA LEAL MEDEIROS						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
29	TAPIOCA	KG	550	R$ 8,00	R$ 4.400,00	SEMANAL
13	FAVA	KG	40	R$ 15,00	R$ 600,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	650	R$ 3,95	R$ 2.567,50	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 8.911,50**

VALDENIR SOUSA PEREIRA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
23	MILHO VERDE	KG	800	R$ 3,95	R$ 3.160,00	SEMANAL
20	MARACUJÁ	KG	300	R$ 7,10	R$ 2.130,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	800	R$ 4,83	R$ 3.864,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
13	FAVA	KG	40	R$ 15,00	R$ 600,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	1.500	R$ 1,80	R$ 2.700,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 13.554,00**

WASHIGTON LUIS SILVA ALVES						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	100	R$ 13,67	R$ 1.367,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	70	R$ 13,00	R$ 910,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	85	R$ 13,00	R$ 1.105,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 3.722,00**

ZELIA DE JESUS LIMA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

MODALIDADE
CH. Pública 05/2021
PA 05/2021
FLS 562
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

10	COENTRO	KG	70	R$ 13,00	R$ 910,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 3.175,00**

ZILMAR GOMES SILVA						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
5	BANANA	KG	100	R$4,83	R$ 483,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	40	R$13,00	R$520,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	40	R$13,00	R$520,00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$10,50	R$105,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	40	R$4,80	R$192,00	SEMANAL
17	LIMÃO	KG	30	R$5,20	R$156,00	SEMANAL
TOTAL						**R$ 1.976,00**

Em seguida esclareceu a Presidente que o resultado da presente Chamado Pública deverá ser divulgado através da Imprensa Oficial do Município. Finalmente aberta a palavra a todos os presentes nada quiseram constar, a Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata, que lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada.

Bom Jardim/MA, 20 de abril de 2021.

Ingrid Silva dos Santos
Ingrid Silva dos Santos
Presidente da CPL

Daniel Araujo Costa
Daniel Araújo Costa
Membro

Margareth Tatcher de Sousa Oliveira
Margareth Tatcher de Sousa Oliveira
Membro

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 567
Eicuel
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

RELATÓRIO CONCLUSIVO

A Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA, apresenta a V. Ex.ª o relatório referente a CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2021, que teve como objeto a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, aberto no dia 23 de abril de 2021, e apontou como vencedores os agricultores:

ÁDILA KALINE SILVA, CPF Nº 615.164.983-48, no valor R$ 14.593,90 (Quatorze mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa centavos);

AILSON SILVA BRASIL, inscrita no CPF sob o número 011.690.283-30, no valor de R$ 4.031,75 (Quatro mil, trinta e um reais e setenta e cinco centavos);

ALMIR ROGÉRIO SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 012.706.383-86, no valor de R$ 3.278,00 (Três mil, duzentos e setenta e oito reais);

ANTÔNJA BEZERRA DE HOLANDA RODRIGUES. inscrita no CPF sob o número 538.296.203-06, no valor de R$ 13.565,00 (Treze mil, quinhentos e sessenta e cinco reais);

ANTÔNIA BEZERRA SILVA, inscrita no CPF sob o número 008.529.163-37 no valor de R$ 2.991,00 (Dois mil, novecentos e noventa e um reais);

ANTÔNIO MAGNO RODRIGUES COELHO, inscrita no CPF sob o número 914.208.303-68 no valor de R$ 7.479,00 (Sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais);

ANTÔNIO MARCOS SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 616.516.903-16 no valor de R$ 17.260,00 (Dezessete mil, duzentos e sessenta reais);

ANTÔNIO PORTO VIANA, inscrita no CPF sob o número 024.433.483-85, no valor de de R$ 8.068,00 (Oito mil, sessenta e oito reais);

ARMIR SOUSA LOTERIO, inscrita no CPF sob o número 003.615.223-47, no valor dc R$ 2.285,00 (Dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais);

CARLOS ALBERTO DAVID TEIXEIRA, inscrita no CPF sob o número 033.533.871-29, no valor de R$ 2.864,00 (Dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais);

CARLOS MIGUEL MENDES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 066.718.793-62, no valor de R$ 13.194,00 (Treze mil, cento e noventa e quatro reais);

CLEIDE OLIVEIRA SOUSA, inscrita no CPF sob o número 992.206.443 -04, no valor de R$ 3.590,00 (Três mil, quinhentos e noventa reais);

CLEONILDE GAMA, inscrita no CPF sob o número 021.603.343-83, no valor de R$ 2.702,00 (Dois mil, setecentos e dois reais);

DEIJACY VERAS ALMEIDA, inscrita no CPF sob o número 251.352.363-68, no valor de R$ 3.048,00 (Três mil e quarenta e oito reais);

DOM WILIAN CARLOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 615.071.683-06, no valor de R$ 5.115,00 (Cinco mil, cento e quinze reais);

EDILSON PORTO VIANA, inscrita no CPF sob o número 936.902.073-04, no valor de R$ 13.690,00 (Treze mil, seiscentos e noventa reais);

EDINALVA ALVES MARQUES, inscrita no CPF sob o número 003.800.383-07, no valor de R$ 1.917,50 (Mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos);

EDMILSON ALVES DA SILVA FILHO, inscrita no CPF sob o número 838.157.322-04, no valor de R$ 3.275,50 (Três mil, duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos);

ELEILSON SANTOS DE JESUS, inscrita no CPF sob o número 033.950.453-66, no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais);

ELISANGELA RODRIGUES LIRA, inscrita no CPF sob o número 041.080.243-38, no valor de R$ 2.005,00 (Dois mil e cinco reais);

ELIZABETE SANTOS DE AZEVEDO, inscrita no CPF sob o número 332.016.923-87, no valor de R$ 2.643,80 (Dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta centavos);

EVANDRO ACÁCIO DE MOURA COSTA, inscrita no CPF sob o número 690.533.162-72, no valor de R$ 4.916,00 (Quatro mil, novecentos e dezesseis reais);

EVANILDO DOS SANTOS SILVA, inscrita no CPF sob o número 609.392.353-31, R$ 2.517,50 (Dois mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos);

EVERALDO SILVA NERES, inscrita no CPF sob o número 947.259.933-87, no valor de R$ 5.979,50 (Cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos);

FELIPE OLIVEIRA SANTOS, inscrita no CPF sob o número 062.953.733-05, no valor de R$ 9.823,00 (Nove mil, oitocentos e vinte e três reais);

FRANCISCO SILVA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 021.387.523-30, no valor de R$ 10.281,00 (Dez mil, duzentos e oitenta e um reais);

FRANCISCO SILVA NASCIMENTO ROCHA, inscrita no CPF sob o número 008.798873-97, no valor de R$ 6.624,00 (Seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais);

GERALDO LOPES PONTES, inscrita no CPF sob o número 290.734.643-15, no valor de R$ 9.781,60 (Nove mil, setecentos e oitenta e um reais e sessenta centavos);

HILDENGARDEM SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 041.167.683-08, no valor de R$ 5.585,00 (Cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais);

HILGECIANE SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 052.200.753-81, no valor de R$ 4.268,20 (Quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte centavos);

HILTON SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 826.173.923-68, R$ 2.590,00 (Dois mil, quinhentos e noventa reais);

IONAR SILVA LIMA, inscrita no CPF sob o número 467.439.443-00, no valor de R$ 14.564,90 (Quatorze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos);

IVAN RIBEIRO VIDAL SILVA, inscrita no CPF sob o número 713.786.692-15, no valor de R$ 15.294,00 (Quinze mil, duzentos e noventa e quatro reais);

JOÃO DA SILVA SALES, inscrita no CPF sob o número 165.313.612-04, no valor de R$ 7.531,00 (Sete mil, quinhentos e trinta e um reais);

JOÃO MESQUITA ARAÚJO, inscrita no CPF sob o número 868.822.013-15, no valor de R$ 8.229,60 (Oito mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos);

JOÃO RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 156.475.872-91, no valor de R$ 2.718,00 (Dois mil, setecentos e dezoito reais);

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 655.402.122-15, no valor de R$ 18.423,60 (Dezoito mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos);

JOSÉ LOTÉRIO, inscrita no CPF sob o número 290.747.383-20, no valor de R$ 8.410,00 (Oito mil, quatrocentos e dez reais);

JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS, inscrita no CPF sob o número 051.655.953-23, no valor de R$ 4.183,00 (Quatro mil, cento e oitenta e três reais);

JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, inscrita no CPF sob o número 652.912.983-91, no valor de R$ 9.822,50 (Nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos);

JOSELIAS DOS REIS, inscrita no CPF sob o número 037.513.993-13, no valor de R$ 5.238,00 (Cinco mil, duzentos e trinta e oito reais);

JOSENILDO SILVA E SILVA, inscrita no CPF sob o número 923.082.523-91, no valor de R$ 5.989,00 (Cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais);

JUCELINO DA SILVA XAVIER, inscrita no CPF sob o número 024.865.823-98, no valor de R$ 8.210,00 (Oito mil e duzentos e dez reais);

JÚLIO DA SILVA COELHO, inscrita no CPF sob o número 489.255.353-00, no valor de R$ 4.753,80 (Quatro mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos);

LEIDEIANE DE SOUSA CASTRO LOURENÇO, inscrita no CPF sob o número 464.052.998-80, no valor de R$ 2.774,00 (Dois mil setecentos e setenta e quatro reais);

MANOEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA, inscrita no CPF sob o número 821.168.733-04, no valor de R$ 2.739,00 (Dois mil, setecentos e trinta e nove reais);

MANOEL NUNES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 016.843.283-81, no valor de R$ 3.657,00 (Três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais);

MARCIA SILVA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 664.103.553-00, no valor de R$ 6.604,00 (Seis mil, seiscentos e quatro reais);

MARIA ALDANHA SILVA DIGA, inscrita no CPF sob o número 649.139.883-87, no valor de R$ 2.097,50 (Dois mil, noventa e sete reais e cinquenta centavos);

MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO, inscrita no CPF sob o número 834.923.993-04, no valor de R$ 19.200,00 (Dezenove mil, e duzentos reais);

MARIA DOMINGAS CRUZ DA CONÇEIÇÃO, inscrita no CPF sob o número 004.571.513-07, no valor de R$ 5.693,80 (Cinco mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta centavos);

MARIA FERREIRA DOS ANJOS, inscrita no CPF sob o número 989.304.273-91, no valor de R$ 4.535,60 (Quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos);

MARIA LÚCIA SILVA, inscrita no CPF sob o número 811.441.053-15, no valor de R$ 10.440,00 (Dez mil, quatrocentos e quarenta reais);

MARIA NEUDE GOMES OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o número 994.474.793-91, R$ 5.540,00 (Cinco mil, quinhentos e quarenta reais);

MOISES FERNANDES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 149.018.543-72, no valor de R$ 6.577,40 (Seis mil, quinhentos e setenta e sete e quarenta centavos);

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 061/2021
FLS 570
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

RAIANES OLIVEIRA SANTANA, inscrita no CPF sob o número 049.341.403-79, no valor de R$ 17.705,00 (Dezessete mil, setecentos e cinco reais);

RAIMUNDO NONATO SOUSA DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 987.789.093-72, no valor de R$ 4.231,80 (Quatro mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta centavos);

RITA DA COSTA ANDRADE, inscrita no CPF sob o número 989.692.503-87, no valor de R$ 4.464,45 (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos);

ROMANA SILVA LEAL MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 557.837.753-04, no valor de R$ 8.911,50 (Oito mil, novecentos e onze reais e cinquenta centavos);

VALDENIR SOUSA PEREIRA, inscrita no CPF sob o número 841.137.583-87, no valor de R$ 13.554,00 (Treze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais);

WASHIGTON LUÍS SILVA ALVES, inscrita no CPF sob o número 338.260.643-72, no valor de R$ 3.722,00 (Três mil, setecentos e vinte e dois reais);

ZELIA DE JESUS LIMA, inscrita no CPF sob o número 019.495.573-75, no valor de R$ 3.175,00 (Três mil, cento e setenta e cinco reais);

ZILMAR GOMES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 026.821.903-67, no valor de R$ 1.976,00 (Mil novecentos e setenta e seis).

A presidente da CPL julgou e apontou os vencedores acima citado, tudo em conformidade com o Edital da CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2021, e a Lei Nº. 8.666/1993 e alterações.

ADJUDICAÇÃO

A Presidente da CPL adjudica o objeto da presente licitação às vencedoras acima e submetendo ao Senhor Secretário tal decisão.

Bom Jardim/MA, 23 de abril de 2021.

Ingrid Silva dos Santos

Ingrid Silva dos Santos
Portaria Nº 17.2021-GB
Presidente da CPL

MODALIDADE
CH 3 Publica 003/2021
PA 051/2021
FLS 571
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2021

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA, através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado da Licitação, **CHAMADA PÚBLICA nº 001/2021** tendo por objeto: **aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino**, sagrando-se vencedores os seguintes agricultores: ÁDILA KALINE SILVA, CPF Nº 615.164.983-48, no valor R$ 14.593,90 (Quatorze mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa centavos);AILSON SILVA BRASIL, inscrita no CPF sob o número 011.690.283-30, no valor de R$ 4.031,75 (Quatro mil, trinta e um reais e setenta e cinco centavos);ALMIR ROGÉRIO SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 012.706.383-86, no valor de R$ 3.278,00 (Três mil, duzentos e setenta e oito reais);ANTÔNIA BEZERRA DE HOLANDA RODRIGUES, inscrita no CPF sob o número 538.296.203-06, no valor de R$ 13.565,00 (Treze mil, quinhentos e sessenta e cinco reais);ANTÔNIA BEZERRA SILVA, inscrita no CPF sob o número 008.529.163-37 no valor de R$ 2.991,00 (Dois mil, novecentos e noventa e um reais);ANTÔNIO MAGNO RODRIGUES COELHO, inscrita no CPF sob o número 914.208.303-68 no valor de R$ 7.479,00 (Sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais);ANTÔNIO MARCOS SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 616.516.903-16 no valor de R$ 17.260,00 (Dezessete mil, duzentos e sessenta reais);ANTÔNIO PORTO VIANA, inscrita no CPF sob o número 024.433.483-85, no valor de de R$ 8.068,00 (Oito mil, sessenta e oito reais);ARMIR SOUSA LOTERIO, inscrita no CPF sob o número 003.615.223-47, no valor de R$ 2.285,00 (Dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais);CARLOS ALBERTO DAVID TEIXEIRA, inscrita no CPF sob o número 033.533.871-29, no valor de R$ 2.864,00 (Dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais);CARLOS MIGUEL MENDES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 066.718.793-62, no valor de R$ 13.194,00 (Treze mil, cento e noventa e quatro reais);CLEIDE OLIVEIRA SOUSA, inscrita no CPF sob o número 992.206.443 -04, no valor de R$ 3.590,00 (Três mil, quinhentos e noventa reais); CLEONILDE GAMA, inscrita no CPF sob o número 021.603.343-83, no valor de R$ 2.702,00 (Dois mil, setecentos e dois reais);DEIJACY VERAS ALMEIDA, inscrita no CPF sob o número 251.352.363-68, no valor de R$ 3.048,00 (Três mil e quarenta e oito reais);DOM WILIAN CARLOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 615.071.683-06, no valor de R$ 5.115,00 (Cinco mil, cento e quinze reais);EDILSON PORTO VIANA, inscrita no CPF sob o número 936.902.073-04, no valor de R$ 13.690,00 (Treze mil, seiscentos e noventa reais);EDINALVA ALVES MARQUES, inscrita no CPF sob o número 003.800.383-07, no valor de R$ 1.917,50 (Mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos);EDMILSON ALVES DA SILVA FILHO, inscrita no CPF sob o número 838.157.322-04, no valor de R$ 3.275,50 (Três mil, duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos);ELEILSON SANTOS DE JESUS, inscrita no CPF sob o número 033.950.453-66, no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais);ELISANGELA RODRIGUES LIRA, inscrita no CPF sob o número 041.080.243-38, no valor de R$ 2.005,00 (Dois mil e cinco reais);ELIZABETE SANTOS DE AZEVEDO, inscrita no CPF sob o número 332.016.923-87, no valor de R$ 2.643,80 (Dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta centavos); EVANDRO ACÁCIO DE MOURA COSTA, inscrita no CPF sob o número 690.533.162-72, no valor de R$ 4.916,00 (Quatro mil, novecentos e dezesseis reais); EVANILDO DOS SANTOS SILVA, inscrita no CPF sob o número 609.392.353-31, R$ 2.517,50 (Dois mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos);EVERALDO SILVA NERES, inscrita no CPF sob o número 947.259.933-87, no valor de R$ 5.979,50 (Cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos);FELIPE OLIVEIRA SANTOS, inscrita no CPF sob o número 062.953.733-05, no valor de R$ 9.823,00 (Nove mil, oitocentos e vinte e três reais);FRANCISCO SILVA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 021.387.523-30, no valor de R$ 10.281,00 (Dez mil, duzentos e oitenta e um reais);FRANCISCO SILVA NASCIMENTO ROCHA, inscrita no CPF sob o número 008.798873-97, no valor de R$ 6.624,00 (Seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais);GERALDO LOPES PONTES, inscrita no CPF sob o número 290.734.643-15, no valor de R$ 9.781,60 (Nove mil, setecentos e oitenta e um reais e sessenta centavos);HILDENGARDEM SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 041.167.683-08, no valor de R$ 5.585,00 (Cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais);HILGECIANE SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 052.200.753-81, no valor de R$ 4.268,20 (Quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte centavos);HILTON SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 826.173.923-68, R$ 2.590,00 (Dois mil, quinhentos e noventa reais);IONAR SILVA LIMA, inscrita no CPF sob o número 467.439.443-00, no valor de R$ 14.564,90 (Quatorze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos); IVAN RIBEIRO VIDAL SILVA, inscrita no CPF sob o número 713.786.692-15, no valor de R$ 15.294,00 (Quinze mil, duzentos e noventa e quatro reais);JOÃO DA SILVA

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 572
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

SALES, inscrita no CPF sob o número 165.313.612-04, no valor de R$ 7.531,00 (Sete mil, quinhentos e trinta e um reais);JOÃO MESQUITA ARAÚJO, inscrita no CPF sob o número 868.822.013-15, no valor de R$ 8.229,60 (Oito mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos); JOÃO RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 156.475.872-91, no valor de R$ 2.718,00 (Dois mil, setecentos e dezoito reais);JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 655.402.122-15, no valor de R$ 18.423,60 (Dezoito mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos); JOSÉ LOTÉRIO, inscrita no CPF sob o número 290.747.383-20, no valor de R$ 8.410,00 (Oito mil, quatrocentos e dez reais);JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS, inscrita no CPF sob o número 051.655.953-23, no valor de R$ 4.183,00 (Quatro mil, cento e oitenta e três reais);JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, inscrita no CPF sob o número 652.912.983-91, no valor de R$ 9.822,50 (Nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos); JOSELIAS DOS REIS, inscrita no CPF sob o número 037.513.993-13, no valor de R$ 5.238,00 (Cinco mil, duzentos e trinta e oito reais);JOSENILDO SILVA E SILVA, inscrita no CPF sob o número 923.082.523-91, no valor de R$ 5.989,00 (Cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais);JUCELINO DA SILVA XAVIER, inscrita no CPF sob o número 024.865.823-98, no valor de R$ 8.210,00 (Oito mil e duzentos e dez reais);JÚLIO DA SILVA COELHO, inscrita no CPF sob o número 489.255.353-00, no valor de R$ 4.753,80 (Quatro mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos);LEIDEIANE DE SOUSA CASTRO LOURENÇO, inscrita no CPF sob o número 464.052.998-80, no valor de R$ 2.774,00 (Dois mil setecentos e setenta e quatro reais);MANOEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA, inscrita no CPF sob o número 821.168.733-04, no valor de R$ 2.739,00 (Dois mil, setecentos e trinta e nove reais);MANOEL NUNES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 016.843.283-81, no valor de R$ 3.657,00 (Três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais);MARCIA SILVA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 664.103.553-00, no valor de R$ 6.604,00 (Seis mil, seiscentos e quatro reais); MARIA ALDANHA SILVA DIGA, inscrita no CPF sob o número 649.139.883-87, no valor de R$ 2.097,50 (Dois mil, noventa e sete reais e cinquenta centavos);MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO, inscrita no CPF sob o número 834.923.993-04, no valor de R$ 19.200,00 (Dezenove mil, e duzentos reais); MARIA DOMINGAS CRUZ DA CONÇEIÇÃO, inscrita no CPF sob o número 004.571.513-07, no valor de R$ 5.693,80 (Cinco mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta centavos); MARIA FERREIRA DOS ANJOS, inscrita no CPF sob o número 989.304.273-91, no valor de R$ 4.535,60 (Quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos);MARIA LÚCIA SILVA, inscrita no CPF sob o número 811.441.053-15, no valor de R$ 10.440,00 (Dez mil, quatrocentos e quarenta reais);MARIA NEUDE GOMES OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o número 994.474.793-91, R$ 5.540,00 (Cinco mil, quinhentos e quarenta reais);MOISES FERNANDES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 149.018.543-72, no valor de R$ 6.577,40 (Seis mil, quinhentos e setenta e sete e quarenta centavos);RAIANES OLIVEIRA SANTANA, inscrita no CPF sob o número 049.341.403-79, no valor de R$ 17.705,00 (Dezessete mil, setecentos e cinco reais);RAIMUNDO NONATO SOUSA DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 987.789.093-72, no valor de R$ 4.231,80 (Quatro mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta centavos);RITA DA COSTA ANDRADE, inscrita no CPF sob o número 989.692.503-87, no valor de R$ 4.464,45 (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos);ROMANA SILVA LEAL MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 557.837.753-04, no valor de R$ 8.911,50 (Oito mil, novecentos e onze reais e cinquenta centavos);VALDENIR SOUSA PEREIRA, inscrita no CPF sob o número 841.137.583-87, no valor de R$ 13.554,00 (Treze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais);WASHIGTON LUÍS SILVA ALVES, inscrita no CPF sob o número 338.260.643-72, no valor de R$ 3.722,00 (Três mil, setecentos e vinte e dois reais); ZELIA DE JESUS LIMA, inscrita no CPF sob o número 019.495.573-75, no valor de R$ 3.175,00 (Três mil, cento e setenta e cinco reais); ZILMAR GOMES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 026.821.903-67, no valor de R$ 1.976,00 (Mil novecentos e setenta e seis).estando de acordo com a Lei nº. 8.666/93.

Bom Jardim/MA, 26 de abril de 2021.

Ingrid Silva dos Santos

Ingrid Silva dos Santos
Portaria Nº 17.2021-GB
Presidente da CPL

MODALIDADE
CHPublica001/2021
PA 058/2021
FLS 573
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021.

A Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Bom Jardim/MA, Estado do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando o Disposto no art. 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a licitação na modalidade CHAMADA PÚBLICA nº 001/2021, realizada no dia 05 de abril de 2021, por estar de acordo com a legislação em vigor.

Art. 2º - Homologar aos seguintes agricultores:

1. ÁDILA KALINE SILVA, CPF Nº 615.164.983-48, no valor R$ 14.593,90 (Quatorze mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa centavos);
2. AILSON SILVA BRASIL, inscrita no CPF sob o número 011.690.283-30, no valor de R$ 4.031,75 (Quatro mil, trinta e um reais e setenta e cinco centavos);
3. ALMIR ROGÉRIO SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 012.706.383-86, no valor de R$ 3.278,00 (Três mil, duzentos e setenta e oito reais);
4. ANTÔNIA BEZERRA DE HOLANDA RODRIGUES, inscrita no CPF sob o número 538.296.203-06, no valor de R$ 13.565,00 (Treze mil, quinhentos e sessenta e cinco reais);
5. ANTÔNIA BEZERRA SILVA, inscrita no CPF sob o número 008.529.163-37 no valor de R$ 2.991,00 (Dois mil, novecentos e noventa e um reais);
6. ANTÔNIO MAGNO RODRIGUES COELHO, inscrita no CPF sob o número 914.208.303-68 no valor de R$ 7.479,00 (Sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais);
7. ANTÔNIO MARCOS SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 616.516.903-16 no valor de R$ 17.260,00 (Dezessete mil, duzentos e sessenta reais);
8. ANTÔNIO PORTO VIANA, inscrita no CPF sob o número 024.433.483-85, no valor de de R$ 8.068,00 (Oito mil, sessenta e oito reais);
9. ARMIR SOUSA LOTERIO, inscrita no CPF sob o número 003.615.223-47, no valor de R$ 2.285,00 (Dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais);
10. CARLOS ALBERTO DAVID TEIXEIRA, inscrita no CPF sob o número 033.533.871-29, no valor de R$ 2.864,00 (Dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais);
11. CARLOS MIGUEL MENDES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 066.718.793-62, no valor de R$ 13.194,00 (Treze mil, cento e noventa e quatro reais);
12. CLEIDE OLIVEIRA SOUSA, inscrita no CPF sob o número 992.206.443 -04, no valor de R$ 3.590,00 (Três mil, quinhentos e noventa reais);
13. CLEONILDE GAMA, inscrita no CPF sob o número 021.603.343-83, no valor de R$ 2.702,00 (Dois mil, setecentos e dois reais);
14. DEIJACY VERAS ALMEIDA, inscrita no CPF sob o número 251.352.363-68, no valor de R$ 3.048,00 (Três mil e quarenta e oito reais);
15. DOM WILIAN CARLOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 615.071.683-06, no valor de R$ 5.115,00 (Cinco mil, cento e quinze reais);
16. EDILSON PORTO VIANA, inscrita no CPF sob o número 936.902.073-04, no valor de R$ 13.690,00 (Treze mil, seiscentos e noventa reais);

17. EDINALVA ALVES MARQUES, inscrita no CPF sob o número 003.800.383-07, no valor de R$ 1.917,50 (Mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos);
18. EDMILSON ALVES DA SILVA FILHO, inscrita no CPF sob o número 838.157.322-04, no valor de R$ 3.275,50 (Três mil, duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos);
19. ELEILSON SANTOS DE JESUS, inscrita no CPF sob o número 033.950.453-66, no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais);
20. ELISANGELA RODRIGUES LIRA, inscrita no CPF sob o número 041.080.243-38, no valor de R$ 2.005,00 (Dois mil e cinco reais);
21. ELIZABETE SANTOS DE AZEVEDO, inscrita no CPF sob o número 332.016.923-87, no valor de R$ 2.643,80 (Dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta centavos);
22. EVANDRO ACÁCIO DE MOURA COSTA, inscrita no CPF sob o número 690.533.162-72, no valor de R$ 4.916,00 (Quatro mil, novecentos e dezesseis reais);
23. EVANILDO DOS SANTOS SILVA, inscrita no CPF sob o número 609.392.353-31, R$ 2.517,50 (Dois mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos);
24. EVERALDO SILVA NERES, inscrita no CPF sob o número 947.259.933-87, no valor de R$ 5.979,50 (Cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos);
25. FELIPE OLIVEIRA SANTOS, inscrita no CPF sob o número 062.953.733-05, no valor de R$ 9.823,00 (Nove mil, oitocentos e vinte e três reais);
26. FRANCISCO SILVA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 021.387.523-30, no valor de R$ 10.281,00 (Dez mil, duzentos e oitenta e um reais);
27. FRANCISCO SILVA NASCIMENTO ROCHA, inscrita no CPF sob o número 008.798873-97, no valor de R$ 6.624,00 (Seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais);
28. GERALDO LOPES PONTES, inscrita no CPF sob o número 290.734.643-15, no valor de R$ 9.781,60 (Nove mil, setecentos e oitenta e um reais e sessenta centavos);
29. HILDENGARDEM SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 041.167.683-08, no valor de R$ 5.585,00 (Cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais);
30. HILGECIANE SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 052.200.753-81, no valor de R$ 4.268,20 (Quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte centavos);
31. HILTON SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 826.173.923-68, R$ 2.590,00 (Dois mil, quinhentos e noventa reais);
32. IONAR SILVA LIMA, inscrita no CPF sob o número 467.439.443-00, no valor de R$ 14.564,90 (Quatorze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos);
33. IVAN RIBEIRO VIDAL SILVA, inscrita no CPF sob o número 713.786.692-15, no valor de R$ 15.294,00 (Quinze mil, duzentos e noventa e quatro reais);
34. JOÃO DA SILVA SALES, inscrita no CPF sob o número 165.313.612-04, no valor de R$ 7.531,00 (Sete mil, quinhentos e trinta e um reais);
35. JOÃO MESQUITA ARAÚJO, inscrita no CPF sob o número 868.822.013-15, no valor de R$ 8.229,60 (Oito mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos);
36. JOÃO RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 156.475.872-91, no valor de R$ 2.718,00 (Dois mil, setecentos e dezoito reais);
37. JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 655.402.122-15, no valor de R$ 18.423,60 (Dezoito mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos);
38. JOSÉ LOTÉRIO, inscrita no CPF sob o número 290.747.383-20, no valor de R$ 8.410,00 (Oito mil, quatrocentos e dez reais);
39. JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS, inscrita no CPF sob o número 051.655.953-23, no valor de R$ 4.183,00 (Quatro mil, cento e oitenta e três reais);
40. JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, inscrita no CPF sob o número 652.912.983-91, no valor de R$ 9.822,50 (Nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos);
41. JOSELIAS DOS REIS, inscrita no CPF sob o número 037.513.993-13, no valor de R$ 5.238,00 (Cinco mil, duzentos e trinta e oito reais);

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 575
ASSINATURA

42. JOSENILDO SILVA E SILVA, inscrita no CPF sob o número 923.082.523-91, no valor de R$ 5.989,00 (Cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais);
43. JUCELINO DA SILVA XAVIER, inscrita no CPF sob o número 024.865.823-98, no valor de R$ 8.210,00 (Oito mil e duzentos e dez reais);
44. JÚLIO DA SILVA COELHO, inscrita no CPF sob o número 489.255.353-00, no valor de R$ 4.753,80 (Quatro mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos);
45. LEIDEIANE DE SOUSA CASTRO LOURENÇO, inscrita no CPF sob o número 464.052.998-80, no valor de R$ 2.774,00 (Dois mil setecentos e setenta e quatro reais);
46. MANOEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA, inscrita no CPF sob o número 821.168.733-04, no valor de R$ 2.739,00 (Dois mil, setecentos e trinta e nove reais);
47. MANOEL NUNES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 016.843.283-81, no valor de R$ 3.657,00 (Três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais);
48. MARCIA SILVA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 664.103.553-00, no valor de R$ 6.604,00 (Seis mil, seiscentos e quatro reais);
49. MARIA ALDANHA SILVA DIGA, inscrita no CPF sob o número 649.139.883-87, no valor de R$ 2.097,50 (Dois mil, noventa e sete reais e cinquenta centavos);
50. MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO, inscrita no CPF sob o número 834.923.993-04, no valor de R$ 19.200,00 (Dezenove mil, e duzentos reais);
51. MARIA DOMINGAS CRUZ DA CONÇEIÇÃO, inscrita no CPF sob o número 004.571.513-07, no valor de R$ 5.693,80 (Cinco mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta centavos);
52. MARIA FERREIRA DOS ANJOS, inscrita no CPF sob o número 989.304.273-91, no valor de R$ 4.535,60 (Quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos);
53. MARIA LÚCIA SILVA, inscrita no CPF sob o número 811.441.053-15, no valor de R$ 10.440,00 (Dez mil, quatrocentos e quarenta reais);
54. MARIA NEUDE GOMES OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o número 994.474.793-91, R$ 5.540,00 (Cinco mil, quinhentos e quarenta reais);
55. MOISES FERNANDES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 149.018.543-72, no valor de R$ 6.577,40 (Seis mil, quinhentos e setenta e sete e quarenta centavos);
56. RAIANES OLIVEIRA SANTANA, inscrita no CPF sob o número 049.341.403-79, no valor de R$ 17.705,00 (Dezessete mil, setecentos e cinco reais);
57. RAIMUNDO NONATO SOUSA DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 987.789.093-72, no valor de R$ 4.231,80 (Quatro mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta centavos);
58. RITA DA COSTA ANDRADE, inscrita no CPF sob o número 989.692.503-87, no valor de R$ 4.464,45 (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos);
59. ROMANA SILVA LEAL MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 557.837.753-04, no valor de R$ 8.911,50 (Oito mil, novecentos e onze reais e cinquenta centavos);
60. VALDENIR SOUSA PEREIRA, inscrita no CPF sob o número 841.137.583-87, no valor de R$ 13.554,00 (Treze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais);
61. WASHIGTON LUÍS SILVA ALVES, inscrita no CPF sob o número 338.260.643-72, no valor de R$ 3.722,00 (Três mil, setecentos e vinte e dois reais);
62. ZELIA DE JESUS LIMA, inscrita no CPF sob o número 019.495.573-75, no valor de R$ 3.175,00 (Três mil, cento e setenta e cinco reais);
63. ZILMAR GOMES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 026.821.903-67, no valor de R$ 1.976,00 (Mil novecentos e setenta e seis).

Art. 3° - Determinar as providências cabíveis para o cumprimento do presente termo.

Art. 4° - Determinar ao Setor Contábil, a emissão do respectivo Empenho e Ordem de Pagamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 576
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE, E,

CUMPRA-SE.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

Bom Jardim/MA, 30 de abril de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
Portaria N° 02.2021-GB

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 577
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

Bom Jardim – MA, 30 de abril de 2021

A
Ilustríssimo Senhor
Controlador Geral
Sr. Roberto Coelho Silva

Encaminho a V.S.ª os autos do processo administrativo em epígrafe, que deu origem a CHAMADA PÚBLICA nº 001/2021, para que seja analisado por esta Controladoria e seja emitido parecer técnico final sob os procedimentos adotados por essa administração.

Atenciosamente,

Ingrid Silva dos Santos
Ingrid Silva dos Santos
Portaria N° 17.2021-GB
Presidente da CPL

MODALIDADE
C.M. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 578
ASSINATURA

PARECER DO CONTROLE INTERNO Nº 102/2021

Chamada Pública nº 001/2021

Processo Administrativo nº 051/2021

Solicitante: Secretaria Municipal de Educação

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oriundos da Agricultura Familiar para atender a Secretaria Municipal de Educação de Bom Jardim/MA

RELATÓRIO

Tratam os autos do processo de Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oriundos da Agricultura Familiar para atender a Secretaria Municipal de Educação de Bom Jardim/MA, mediante Chamada Pública nº 001/2021, que teve por vencedores:

- ÁDILA KALINE SILVA, CPF Nº 615.164.983-48, no valor R$ 14.593,90 (Quatorze mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa centavos);
- AILSON SILVA BRASIL, inscrita no CPF sob o número 011.690.283-30, no valor de R$ 4.031,75 (Quatro mil, trinta e um reais e setenta e cinco centavos);
- ALMIR ROGÉRIO SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 012.706.383-86, no valor de R$ 3.278,00 (Três mil, duzentos e setenta e oito reais);
- ANTÔNIA BEZERRA DE HOLANDA RODRIGUES, inscrita no CPF sob o número 538.296.203-06, no valor de R$ 13.565,00 (Treze mil, quinhentos e sessenta e cinco reais);
- ANTÔNIA BEZERRA SILVA, inscrita no CPF sob o número 008.529.163-37 no valor de R$ 2.991,00 (Dois mil, novecentos e noventa e um reais);
- ANTÔNIO MAGNO RODRIGUES COELHO, inscrita no CPF sob o número 914.208.303-68 no valor de R$ 7.479,00 (Sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais);
- ANTÔNIO MARCOS SILVA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 616.516.903-16 no valor de R$ 17.260,00 (Dezessete mil, duzentos e sessenta reais);
- ANTÔNIO PORTO VIANA, inscrita no CPF sob o número 024.433.483-85, no valor de de R$ 8.068,00 (Oito mil, sessenta e oito reais);
- ARMIR SOUSA LOTERIO, inscrita no CPF sob o número 003.615.223-47, no valor de R$

2.285,00 (Dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais);

- CARLOS ALBERTO DAVID TEIXEIRA, inscrita no CPF sob o número 033.533.871-29, no valor de R$ 2.864,00 (Dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais);
- CARLOS MIGUEL MENDES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 066.718.793-62, no valor de R$ 13.194,00 (Treze mil, cento e noventa e quatro reais);
- CLEIDE OLIVEIRA SOUSA, inscrita no CPF sob o número 992.206.443 -04, no valor de R$ 3.590,00 (Três mil, quinhentos e noventa reais);
- CLEONILDE GAMA, inscrita no CPF sob o número 021.603.343-83, no valor de R$ 2.702,00 (Dois mil, setecentos e dois reais);
- DEIJACY VERAS ALMEIDA, inscrita no CPF sob o número 251.352.363-68, no valor de R$ 3.048,00 (Três mil e quarenta e oito reais);
- DOM WILIAN CARLOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 615.071.683-06, no valor de R$ 5.115,00 (Cinco mil, cento e quinze reais);
- EDILSON PORTO VIANA, inscrita no CPF sob o número 936.902.073-04, no valor de R$ 13.690,00 (Treze mil, seiscentos e noventa reais);
- EDINALVA ALVES MARQUES, inscrita no CPF sob o número 003.800.383-07, no valor de R$ 1.917,50 (Mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos);
- EDMILSON ALVES DA SILVA FILHO, inscrita no CPF sob o número 838.157.322-04, no valor de R$ 3.275,50 (Três mil, duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos);
- ELEILSON SANTOS DE JESUS, inscrita no CPF sob o número 033.950.453-66, no valor de R$ 9.000,00 (Nove mil reais);
- ELISANGELA RODRIGUES LIRA, inscrita no CPF sob o número 041.080.243-38, no valor de R$ 2.005,00 (Dois mil e cinco reais);
- ELIZABETE SANTOS DE AZEVEDO, inscrita no CPF sob o número 332.016.923-87, no valor de R$ 2.643,80 (Dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta centavos);
- EVANDRO ACÁCIO DE MOURA COSTA, inscrita no CPF sob o número 690.533.162-72, no valor de R$ 4.916,00 (Quatro mil, novecentos e dezesseis reais);
- EVANILDO DOS SANTOS SILVA, inscrita no CPF sob o número 609.392.353-31, R$ 2.517,50 (Dois mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta centavos);
- EVERALDO SILVA NERES, inscrita no CPF sob o número 947.259.933-87, no valor de R$ 5.979,50 (Cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos);
- FELIPE OLIVEIRA SANTOS, inscrita no CPF sob o número 062.953.733-05, no valor de R$ 9.823,00 (Nove mil, oitocentos e vinte e três reais);

- FRANCISCO SILVA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 021.387.523-30, no valor de R$ 10.281,00 (Dez mil, duzentos e oitenta e um reais);
- FRANCISCO SILVA NASCIMENTO ROCHA, inscrita no CPF sob o número 008.798873-97, no valor de R$ 6.624,00 (Seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais);
- GERALDO LOPES PONTES, inscrita no CPF sob o número 290.734.643-15, no valor de R$ 9.781,60 (Nove mil, setecentos e oitenta e um reais e sessenta centavos);
- HILDENGARDEM SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 041.167.683-08, no valor de R$ 5.585,00 (Cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais);
- HILGECIANE SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 052.200.753-81, no valor de R$ 4.268,20 (Quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte centavos);
- HILTON SOUSA BRITO, inscrita no CPF sob o número 826.173.923-68, R$ 2.590,00 (Dois mil, quinhentos e noventa reais);
- IONAR SILVA LIMA, inscrita no CPF sob o número 467.439.443-00, no valor de R$ 14.564,90 (Quatorze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos);
- IVAN RIBEIRO VIDAL SILVA, inscrita no CPF sob o número 713.786.692-15, no valor de R$ 15.294,00 (Quinze mil, duzentos e noventa e quatro reais);
- JOÃO DA SILVA SALES, inscrita no CPF sob o número 165.313.612-04, no valor de R$ 7.531,00 (Sete mil, quinhentos e trinta e um reais);
- JOÃO MESQUITA ARAÚJO, inscrita no CPF sob o número 868.822.013-15, no valor de R$ 8.229,60 (Oito mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos);
- JOÃO RODRIGUES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 156.475.872-91, no valor de R$ 2.718,00 (Dois mil, setecentos e dezoito reais);
- JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 655.402.122-15, no valor de R$ 18.423,60 (Dezoito mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos);
- JOSÉ LOTÉRIO, inscrita no CPF sob o número 290.747.383-20, no valor de R$ 8.410,00 (Oito mil, quatrocentos e dez reais);
- JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS, inscrita no CPF sob o número 051.655.953-23, no valor de R$ 4.183,00 (Quatro mil, cento e oitenta e três reais);
- JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO, inscrita no CPF sob o número 652.912.983-91, no valor de R$ 9.822,50 (Nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos);
- JOSELIAS DOS REIS, inscrita no CPF sob o número 037.513.993-13, no valor de R$ 5.238,00 (Cinco mil, duzentos e trinta e oito reais);

MODALIDADE
CH. Publica 001/2021
PA 051/2021
FLS 581
ASSINATURA

- JOSENILDO SILVA E SILVA, inscrita no CPF sob o número 923.082.523-91, no valor de R$ 5.989,00 (Cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais);
- JUCELINO DA SILVA XAVIER, inscrita no CPF sob o número 024.865.823-98, no valor de R$ 8.210,00 (Oito mil e duzentos e dez reais);
- JÚLIO DA SILVA COELHO, inscrita no CPF sob o número 489.255.353-00, no valor de R$ 4.753,80 (Quatro mil, setecentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos);
- LEIDEIANE DE SOUSA CASTRO LOURENÇO, inscrita no CPF sob o número 464.052.998-80, no valor de R$ 2.774,00 (Dois mil setecentos e setenta e quatro reais);
- MANOEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA, inscrita no CPF sob o número 821.168.733-04, no valor de R$ 2.739,00 (Dois mil, setecentos e trinta e nove reais);
- MANOEL NUNES DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o número 016.843.283-81, no valor de R$ 3.657,00 (Três mil, seiscentos e cinquenta e sete reais);
- MARCIA SILVA MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 664.103.553-00, no valor de R$ 6.604,00 (Seis mil, seiscentos e quatro reais);
- MARIA ALDANHA SILVA DIGA, inscrita no CPF sob o número 649.139.883-87, no valor de R$ 2.097,50 (Dois mil, noventa e sete reais e cinquenta centavos);
- MARIA DA CONCEIÇÃO ARAÚJO, inscrita no CPF sob o número 834.923.993-04, no valor de R$ 19.200,00 (Dezenove mil, e duzentos reais);
- MARIA DOMINGAS CRUZ DA CONÇEIÇÃO, inscrita no CPF sob o número 004.571.513-07, no valor de R$ 5.693,80 (Cinco mil, seiscentos e noventa e três reais e oitenta centavos);
- MARIA FERREIRA DOS ANJOS, inscrita no CPF sob o número 989.304.273-91, no valor de R$ 4.535,60 (Quatro mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta centavos);
- MARIA LÚCIA SILVA, inscrita no CPF sob o número 811.441.053-15, no valor de R$ 10.440,00 (Dez mil, quatrocentos e quarenta reais);
- MARIA NEUDE GOMES OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o número 994.474.793-91, R$ 5.540,00 (Cinco mil, quinhentos e quarenta reais);
- MOISES FERNANDES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 149.018.543-72, no valor de R$ 6.577,40 (Seis mil, quinhentos e setenta e sete e quarenta centavos);
- RAIANES OLIVEIRA SANTANA, inscrita no CPF sob o número 049.341.403-79, no valor de R$ 17.705,00 (Dezessete mil, setecentos e cinco reais);
- RAIMUNDO NONATO SOUSA DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 987.789.093-72, no valor de R$ 4.231,80 (Quatro mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta centavos);
- RITA DA COSTA ANDRADE, inscrita no CPF sob o número 989.692.503-87, no valor de R$

MODALIDADE
CH. Público 001/2021
PA 051/2021
FLS 582
ASSINATURA

4.464,45 (Quatro mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos);

- ROMANA SILVA LEAL MEDEIROS, inscrita no CPF sob o número 557.837.753-04, no valor de R$ 8.911,50 (Oito mil, novecentos e onze reais e cinquenta centavos);
- VALDENIR SOUSA PEREIRA, inscrita no CPF sob o número 841.137.583-87, no valor de R$ 13.554,00 (Treze mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais);
- WASHIGTON LUÍS SILVA ALVES, inscrita no CPF sob o número 338.260.643-72, no valor de R$ 3.722,00 (Três mil, setecentos e vinte e dois reais);
- ZELIA DE JESUS LIMA, inscrita no CPF sob o número 019.495.573-75, no valor de R$ 3.175,00 (Três mil, cento e setenta e cinco reais);
- ZILMAR GOMES DA SILVA, inscrita no CPF sob o número 026.821.903-67, no valor de R$ 1.976,00 (Mil novecentos e setenta e seis).

Realizado sob a égide da Lei 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE nº 38/2009 e da Resolução nº 04/2015/MEC. Sendo que a Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oriundos da Agricultura Familiar é de extrema importância, uma vez que a aquisição dos gêneros alimentícios destinados a agricultura familiar incentiva os pequenos produtores rurais, assim como seu principal objetivo que é o atendimento aos alunos da rede pública de ensino deste Município.

Constam no processo os seguintes documentos:

1) Solicitação de abertura de licitação;
2) Justificativa para a contratação e especificações dos objetos;
3) Solicitação de pesquisa de preços;
4) Cotações;
5) Mapa de apuração;
6) Solicitação de dotação orçamentária;
7) Declaração de cobertura orçamentária;
8) Solicitação para abertura de processo licitatório;
9) Autuação;
10) Solicitação de parecer Jurídico de minuta;
11) Paracer Jurídico;
12) Edital;
13) Credenciamento/Habilitação;
14) Adjudicação/Homologação;
15) Solicitação de parecer do Controle Interno.

MODALIDADE
CH. Publica 001/2021
PA 051/2021
FLS 583
ASSINATURA

CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, estabelece as finalidades do Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativo às atividades administrativas, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão pela execução orçamentária, financeira e patrimonial e avaliar seus resultados quanto a economicidade, eficiência e eficácia.

Tendo em vista que o processo de contratação em exame, implica em realização de despesa, demonstra-se a competência do Controle Interno para análise e manifestação.

OBJETO

Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oriundos da Agricultura Familiar para atender a Secretaria Municipal de Educação de Bom Jardim/MA, constantes no referido Processo, se deu dentro dos limites da Chamada Públicae da obediência às formalidades legais, tendo como base as determinantes previstas na Lei 11.947/2009, da Resolução/CD/FNDE nº 38/2009 e da Resolução nº 04/2015/MEC.

Isto posto, diante dos necessários exames dos itens que compõem este processo e, da análise dos procedimentos apresentados pela Comissão Permanente de Licitação e, ainda, pelo parecere exarado pela Assessoria Jurídica do Municipio, entendemos encontrar-se o mesmo em consonância com a legislação pátria vigente e demais procedimentos administrativos.

Assim analisado atestamos que o Processo de Chamada Pública nº 001/2021, está revestido de todas as formalidades fáticas e legais necessárias aos fins a que se destina, em todas as fases processuais de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas nos limites estabelecidos ora analisado.

CONCLUSÃO

Por fim, com base nas regras insculpidas na Lei 8.666/93 e demais instrumentos legais correlatos, declaro, ainda, que o referido o referido processo se encontra revertido de todas as

MODALIDADE
CH-Pulética 001/2021
PA 051/2021
FLS 536
ASSINATURA

formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação estando apto a gerar despesas para municipalidade.

É o parecer.

Bom Jardim/MA, 07 de maio 2021.

Roberto Coelho Silva
Sec. Mun. de Controle Interno
Portaria nº 016/2021 - GB/PMBJ

ROBERTO COELHO SILVA
Secretário de Controle Interno
Portaria nº 16/2021-GB
CPF N.º 569.967.643-00

MODALIDADE Ch. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 585
ASSINATURA

CONTRATOS

MODALIDADE
CH Pubblica 001/2021
PA 051/2021
FLS 586
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 062.1/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ÁDILA KALINE SILVA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **ÁDILA KALINE SILVA**, inscrita no CPF sob o número 615.164.983-48, residente e domiciliada à RUA JOÃO CASTRO, S/N, VILA MEIRELES, BOM JARDIM/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
17	LIMÃO	KG	20	R$ 5,20	R$ 104,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	300	R$ 4,83	R$ 1.449,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$ 400,00	SEMANAL
6	BATATA DOCE	KG	100	R$ 4,27	R$ 427,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	2.000	R$ 3,95	R$ 7.900,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	30	R$ 9,00	R$ 270,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	60	R$ 3,20	R$ 192,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00	SEMANAL
3	ALFCE	KG	70	R$ 13,67	R$ 956,90	SEMANAL
TOTAL					R$ 14.593,90	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 14.593,90 (Quatorze mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa centavos)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta corrente nº: 27.769-X.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO: -
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 GAB/PMBJ

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

Ádila Kaline Silva Lima.

ÁDILA KALINE SILVA
615.164.983-48
CONTRATADA

Ádila Kaline Silva Lima.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 592
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 063.1/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR Ailson Silva Brasil, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **Ailson Silva Brasil**, inscrita no CPF sob o número 011.690.283-30, residente e domiciliada à Povoado Escada do Carú, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*					
ITEM	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
Feijão verde debulhado	Kg	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
Feijão seco	Kg	50	R$ 8,00	R$ 400,00	SEMANAL
Farinha amarela ou d'água	Kg	80	R$ 7,50	R$ 600,00	SEMANAL
Tapioca	Kg	100	R$ 8,00	R$ 800,00	SEMANAL
Cebolinha	Kg	30	R$ 13,00	R$ 390,00	SEMANAL
Coentro	Kg	30	R$ 13,00	R$ 390,00	SEMANAL
Alface	Kg	25	R$ 13,67	R$ 341,75	SEMANAL
Quiabo	Kg	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
Vinagreira	Kg	40	R$ 5,00	R$ 200,00	SEMANAL
Abóbora	Kg	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
TOTAL				R$ 4.031,75	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **RS 4.031,75 (Quatro mil, trinta e um reais e setenta e cinco centavos)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

Ailson

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº1651-9 e conta corrente nº: 29.145-5.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

Gilson

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, ~~assegurado o contraditório e a ampla defesa.~~

Ailson

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06. Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

Ailson

É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

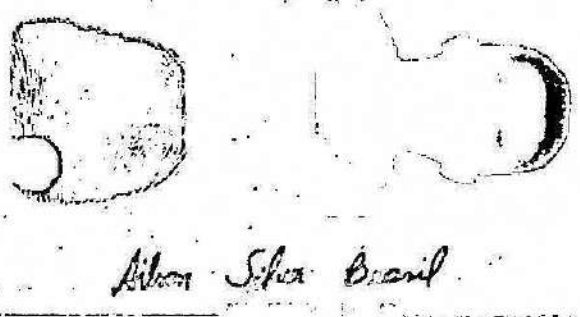
Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

AILSON SILVA BRASIL
011.690.283-30
CONTRATADA

CH. MODALIDADE
PA 05/2021
FLS 598

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Ailson Silva Brasil

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

10/11/2012

AILSON SILVA BRASIL

ANTONIO DOS SANTOS BRASIL E FRANCISCA IRACY SILVA BRASIL

BOM JARDIM - MA 01/01/1985

CASAM. N.6633 FLS.161 LIV.08 B

011690283-30

P-2MA

VIA-02

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS. 599
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 064/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ALMIR ROGÉRIO SILVA DOS SANTOS, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **ALMIR ROGÉRIO SILVA DOS SANTOS**, inscrita no CPF sob o número 012.706.383-86, residente e domiciliada à Povoado Escada do Carú, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	25	R$ 9,00	R$ 225,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	40	R$ 3,20	R$ 128,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	200	R$ 2,75	R$ 550,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$ 400,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	15	R$ 9,00	R$ 135,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	200	R$ 8,00	R$ 1.600,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 3.278,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 3.278,00 (Três mil, duzentos e setenta e oito reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 17086-0.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava.

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - TAB/PMBJ

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

ALMIR ROGERIO SILVA DOS SANTOS
012.706.383-86
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 605
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 065/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ANTÔNIA BEZERRA DE HOLANDA RODRIGUES, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **ANTÔNIA BEZERRA DE HOLANDA RODRIGUES**, inscrita no CPF sob o número 538.296.203-06, residente e domiciliada à rua maranhão sobrinho nº 39 centro, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	4000	R$ 1,80	R$ 7.200,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	1000	R$ 3,95	R$ 3.950,00	SEMANAL
total					R$ 13.565,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

Antonia

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 13.565,00 (Treze mil, quinhentos e sessenta e cinco reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

Antonio

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 8306-2.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

Antonio

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Antonia

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

Antonia

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 60
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

Antonia Bezerra de Holanda Rodrigues

ANTONIA BEZERRA DE HOLANDA RODRIGUES
538.296.203-06
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 611
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 066/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2021.
PROCESSO N.º 051/2021.

TERMO DE CONTRATO. QUE CELEBRAM ENTRE SI. DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ANTÔNIA BEZERRA SILVA. E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público. com sede à Av. José Pedro Vasconcelos. S/N, Bom Jardim/MA. inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72. por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato. representada por. JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA. brasileira. Secretária Municipal de Educação. RG nº 037450442009-5. CPF nº 852.100.483-49. doravante denominado(a) CONTRATANTE e. do outro lado. o (a) fornecedor (a) **ANTÔNIA BEZERRA SILVA**. inscrita no CPF sob o número 008.529.163-37. residente e domiciliada à rua 7 de setembro s/n centro. Bom Jardim/MA. doravante denominada CONTRATADA. firmam o presente instrumento contratual. nos termos e condições estabelecidas a seguir. tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimnto**. de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem. partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
10	COENTRO	KG	50	R$ 13,00	R$ 650.00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650.00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	200	R$ 2.75	R$ 550.00	SEMANAL
17	LIMÃO	KG	30	R$ 5,20	R$ 156,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	60	R$ 5,00	R$ 300.00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180.00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$ 400.00	SEMANAL
TOTAL					R$ 2.991.00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021. com início na data de sua assinatura.

antnsa

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados. na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de R$ 2.991.00 (Dois mil. novecentos e noventa e um reais) para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas. tributos incidentes. encargos sociais. previdenciários. trabalhistas e comerciais. taxa de administração e lucro. materiais e mão-de-obra a serem empregados. seguros. despesas com transporte. hospedagem. diárias. alimentação. e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento. mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s). após o atesto pela CONTRATANTE. no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal. os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União:
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS:
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais. emitida pelos respectivos órgãos:
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a". bem como do Certificado de Regularidade do FGTS. da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais. ou a irregularidade destas. não acarretará retenção do pagamento. Entretanto. a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias. sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima. persistindo a irregularidade. o Contrato poderá ser rescindido. sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA. a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais. aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção. o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização. observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE. por meio de carta. ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ. que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s). deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil. Agência nº: 1651-9 e conta corrente nº: 8.524-3.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

antonia

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 615
ASSINATURA

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2. sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

ANTÔNIA BEZERRA SILVA
008.529.163-37
CONTRATADA

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 617
Eval
ASSINATURA





PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 618
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 068/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ANTÔNIO MAGNO RODRIGUES COELHO, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **ANTÔNIO MAGNO RODRIGUES COELHO**, inscrita no CPF sob o número 914.208.303-68, residente e domiciliada à Pov. Três Irmãos, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*					
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO R$	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
Mamão	Kg	100	R$ 3,73	R$ 373,00	SEMANAL
Feijão verde debulhado	Kg	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
Pimenta de cheiro	Kg	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
Milho verde	Kg	500	R$ 3,95	R$ 1.975,00	SEMANAL
Macaxeira	Kg	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
Banana	Kg	400	R$ 4,83	R$ 1.932,00	SEMANAL
Cebolinha	Kg	40	R$ 13,00	R$ 520,00	SEMANAL
Quiabo	Kg	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
Vinagreira	Kg	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
Coentro	Kg	40	R$ 13,00	R$ 520,00	SEMANAL
TOTAL				R$ 7.479,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 7.479,00 (Sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

A. [illegible] B-C

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil. Agência Nº 1651-9 e Conta Corrente Nº: 29.124-2.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1, desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO: A. magno L. C

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2. sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

A-maranhão R.C -

É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA. para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

ANTONIO MAGNO RODRIGUES COELHO
914.208.303-68
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 624
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 069/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ANTÔNIO MARCOS SILVA DOS SANTOS, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **ANTÔNIO MARCOS SILVA DOS SANTOS**, inscrita no CPF sob o número 616.516.903-16, residente e domiciliada à Pov. Três Irmãos, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
5	BANANA	KG	2000	R$ 4,83	R$ 9.660,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	100	R$ 8,00	R$ 800,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	R$ 3,95	R$ 1.975,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	1900	R$ 1,80	R$ 3.420,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 17.260,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

Antônio

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 17.260,00 (*Dezessete mil, duzentos e sessenta reais*)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

Antônio

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 25263-8.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

Antonio

a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

ANTONIO

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará à publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Antonio

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

ANTONIO MARCOS SILVA DOS SANTOS
616.516.903-16
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE Ch. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 630
Ecal
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 070/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ANTÔNIO PORTO VIANA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **ANTÔNIO PORTO VIANA**, inscrita no CPF sob o número 024.433.483-85, residente e domiciliada à Pov. Três Irmãos, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	20	R$ 11,60	R$ 232,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	800	R$ 4,83	R$ 3.864,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	250	R$ 8,00	R$ 2.000,00	SEMANAL
1	ABOBÓRA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	40	R$ 5,00	R$ 200,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	30	R$ 8,00	R$ 240,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	60	R$ 3,20	R$ 192,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 8.068,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 8.068,00 (Oito mil, sessenta e oito reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF, à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

Antonio Sosto Vieira

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta corrente nº: 21976-2.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

Adenio Costa Vieira

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, *sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:*

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Antonio Costa Viana

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

Antonio Bento Viana

É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

ANTONIO PORTO VIANA
024.433.483-85
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 636
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 071/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ARMI SOUSA LOTERIO, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **ARMI SOUSA LOTERIO**, inscrita no CPF sob o número 003.615.223-47, residente e domiciliada à Rua Maranhão Sobrinho S/N Centro, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
10	COENTRO	KG	85	R$ 13,00	R$ 1.105,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00	SEMANAL
11	COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 2.285,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 2.285,00 (Dois mil, duzentos e oitenta e cinco reais)** para o período da contratação.

Armi

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

Ami

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta corrente nº: 28.992-2.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;

b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

ARMI SOUSA LOTERIO
003.615.223-47
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 602
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 072/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR CARLOS ALBERTO DAVID TEIXEIRA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por. JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação. RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **CARLOS ALBERTO DAVID TEIXEIRA**, inscrita no CPF sob o número 033.533.871-29, residente e domiciliada à Rua Sarney Filho, SN, Mutirão, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*					
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO R$	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
Limão	Kg	20	R$ 5,20	R$ 104,00	Semanal
Macaxeira	Kg	300	R$ 2,75	R$ 825,00	Semanal
Maxixe	Kg	20	R$ 9,00	R$ 180,00	Semanal
Quiabo	Kg	15	R$ 9,00	R$ 135,00	Semanal
Tapioca	Kg	80	R$ 8,00	R$ 640,00	Semanal
Vinagreira	Kg	80	R$ 5,00	R$ 400,00	Semanal
Feijão verde debulhado	Kg	50	R$ 11,60	R$ 580,00	Semanal
TOTAL				R$ 2.864,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 2.864,00 (Dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título. em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 26.155-6.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 647
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

Bom Jardim/MA. 12 de maio de 2021.

Carlos Alberto David Teixeira

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

CARLOS ALBERTO DAVID TEIXEIRA
033.533.871-29
CONTRATADA

MODALIDADE
CH. Públicas Dotação
PA 051/2021
FLS 648
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 073/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR CARLOS MIGUEL MENDES DOS SANTOS, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **CARLOS MIGUEL MENDES DOS SANTOS**, inscrito no CPF sob o número 066.718.793-62, residente e domiciliada à Povoado Cento Do João Bartião, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
20	MARACUJÁ	KG	1500	R$ 7,10	R$ 10.650,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	R$ 3,95	R$ 1.975,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
TOTAL						R$ 13.194,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

Carlos

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 13.194,00 (Treze mil, cento e noventa e quatro reais) para o período da contratação.**

§ Primeiro - No preço estão incluidos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 26224-2.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;

c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

Carlos

Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

Carlos Miguel Mendes dos Santos

CARLOS MIGUEL MENDES DOS SANTOS
066.718.793-62
CONTRATADA

MODALIDADE
C.H. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 654
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 074/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR CLEIDE OLIVEIRA SOUSA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **CLEIDE OLIVEIRA SOUSA**, inscrita no CPF sob o número 992.206.443 -04, residente e domiciliada à Povoado: Cassimiro, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
12	FARINHA AMARELA OU D'ÁGUA	KG	70	R$ 7,50	R$ 525,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	200	R$ 8,00	R$ 1.600,00	SEMANAL
TOTAL						R$ 3.590,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 3.590,00 (Três mil, quinhentos e noventa reais) para o período da contratação.**

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta corrente °: 29.005-X.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

MODALIDADE
CH. Publicação 2021/2022
PA 051/2021
FLS 659
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Cleide Oliveira Sousa

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

CLEIDE OLIVEIRA SOUSA
992.206.443 -04
CONTRATADA

Cleide Oliveira Sousa

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 660
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 075/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR CLEONILDE GAMA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por. JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação. RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **CLEONILDE GAMA**, inscrita no CPF sob o número 021.603.343-83, residente e domiciliada à Rua Humberto De Campos S/N Centro, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	60	R$ 3,20	R$ 192.00	SEMANAL
30	VIVAGREIRA	KG	60	R$ 5,00	R$ 300,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	25	R$ 9,00	R$ 225.00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2.75	R$ 1.100.00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105.00	SEMANAL
total					R$ 2.702.00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

Cleonilde

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **RS 2.702,00 (Dois mil, setecentos e dois reais)** para o periodo da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

Cleonilde

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 28969-8.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

Cleonildo

a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou à modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

Eleonilde

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO: Oleorilde

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE Cdl Pregão 001/2021
PA 051/2021
FLS 665
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretaria Mun. de Educação
Portaria nº 012/2021 - GAB/PMBJ

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Cleonilde Gama

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

CLEONILDE GAMA
021.603.343-83
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH Publica 001/2021
PA 051/2021
FLS 666
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 076/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR DEIJACY VERAS ALMEIDA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **DEIJACY VERAS ALMEIDA**, inscrito no CPF sob o número 251.352.363-68, residente e domiciliada à Povoado São João Dos Crentes, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	40	R$ 3,20	R$ 128,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	400	R$ 3,95	R$ 1.580,00	SEMANAL
TOTAL						R$ 3.048,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 3.048,00 (Três mil e quarenta e oito reais)** para o período da contratação.

Deijacy V

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 6480-7 e conta nº: 0002512-7.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1: Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;

b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Deijacy Veras almeida

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

DEIJACY VERAS ALMEIDA
251.352.363-68
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 672
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 077/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR DOM WILIAN CARLOS DA SILVA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **DOM WILIAN CARLOS DA SILVA**, inscrita no CPF sob o número 615.071.683-06, residente e domiciliada à Rua Benedito Leite, nº 11, Vila Muniz, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo 1** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*					
ITEM	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO R$**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
Macaxeira	Kg	500	R$ 2,75	R$ 1.375,00	SEMANAL
Milho verde	Kg	800	R$ 3,95	R$ 3.160,00	SEMANAL
Feijão verde debulhado	Kg	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 5.115,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 5.115,00 (Cinco mil, cento e quinze reais)** para o período da contratação.

Dom Wilian

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

Dom Wilson

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 27.003-2.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12.(doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

Dom Wilson

a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

Dom Wilson

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

Dom Wilian

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

Dom Wilian carlos da Silva

DOM WILIAN CARLOS DA SILVA
615.071.683-06
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 678
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 078/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR EDILSON PORTO VIANA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **EDILSON PORTO VIANA**, inscrita no CPF sob o número 936.902.073-04, residente e domiciliada à Vila Bom Jesus, Estrada Do Sebastião, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
23	MILHO VERDE	KG	3.000	R$ 3,95	R$11.850,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	100	R$ 5,00	R$500,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$1.100,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$240,00	SEMANAL
TOTAL					R$13.690,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

Edilson

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de R$ 13.690,00 (Treze Mil, Seiscentos e noventa reias) para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 15144-0.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

Edilson

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1 e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

LEI 2735 DE 30 DE DEZ DE 2020

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

Edilson

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

Edilson Porto Viana

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

EDILSON PORTO VIANA
936.902.073-04
CONTRATADA

ESTADO DO MARANHÃO
LEI Nº 2735 DE 30 DE DEZ. DE 1965

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 084
ASSINATURA

CONTRATO Nº 079/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR EDINALVA ALVES MARQUES, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **EDINALVA ALVES MARQUES**, inscrita no CPF sob o número 003.800.383-07, residente e domiciliada a Povoado Cento Do Zé Mestre, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
6	BATATA DOCE	KG	150	R$ 4,27	R$ 640,50	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	20	R$ 13,00	R$ 260,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	40	R$ 4,80	R$ 192,00	SEMANAL
TOTAL						R$ 1.917,50

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 1.917,50 (Mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)** para o período da contratação.

Edinalva

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

Edinalva O

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 14972-1.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;

Edinalva

b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou à modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

Edinalva

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Edinaldo

MODALIDADE
CH. Rubrica 001/23
PA 051/2021
FLS 689
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

Edinalva alves marques

EDINALVA ALVES MARQUES
003.800.383-07
CONTRATADA

MODALIDADE
CH-Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 690
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 080/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2021.
PROCESSO N.º 051/2021.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR EDMILSON ALVES DA SILVA FILHO, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **EDMILSON ALVES DA SILVA FILHO**, inscrita no CPF sob o número 838.157.322-04, residente e domiciliada à Rua Sarney Filho, SN, Mutirão, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Forneciemnto**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*					
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO R$	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
Macaxeira	Kg	200	R$ 2,75	R$ 550,00	SEMANAL
Vinagreira	Kg	20	R$ 5,00	R$ 100,00	SEMANAL
Banana	Kg	400	R$ 4,83	R$ 1.932,00	SEMANAL
Feijão seco	Kg	60	R$ 8,00	R$ 480,00	SEMANAL
Batata doce	Kg	50	R$ 4,27	R$ 213,50	SEMANAL
TOTAL				R$ 3.275,50	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

Edmilson

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de R$ 3.275,50 (Três mil, duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta centavos) para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

Edmilson

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV). verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título. em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 11.112-0.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo. ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

Edmilson

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

Edmilson

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra. assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo. assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a". "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos. força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta. acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente. da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06. Lei 11.488/07.

Edmilson

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

EDMILSON ALVES DA SILVA FILHO
838.157.322-04
CONTRATADA

MODALIDADE
CH-Pública 001/2021
PA 058/2021
FLS 696
ASSINATURA





PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 657
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 081/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ELEILSON SANTOS DE JESUS, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **ELEILSON SANTOS DE JESUS**, inscrito no CPF sob o número 033.950.453-66, residente e domiciliada à Povoado Centro Do Alfredo, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
22	MELANCIA	KG	5000	R$ 1,80	R$ 9.000,00	SEMANAL
TOTAL						R$ 9.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 9.000,00 (Nove mil reais) para o período da contratação.**

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta corrente nº: 14.571-8.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;

d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1 e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1 - As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

MODALIDADE
CH Pública 007/2021
PA 051/2021
FLS 702
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

ELEILSON SANTOS DE JESUS
033.950.453-66
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH Publicação
PA 051/2021
FLS 703
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 082/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ELISANGELA RODRIGUES LIRA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **ELISANGELA RODRIGUES LIRA**, inscrita no CPF sob o número 041.080.243-38, residente e domiciliada à Vila São Bernardo, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*					
ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO R$	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
Macaxeira	Kg	300	R$ 2,75	R$ 825,00	Semanal
Couve	Kg	10	R$ 14,00	R$ 140,00	Semanal
Coentro	Kg	40	R$ 13,00	R$ 520,00	Semanal
Cebolinha	Kg	40	R$ 13,00	R$ 520,00	Semanal
TOTAL				R$ 2.005,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O periodo de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

Elisangela

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 2.005,00 (Dois mil e cinco reais) para o período da contratação.**

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

Elizangela

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 26576-4.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

Elizangela

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Elizangela

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

Elizangela

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 708
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

Elisangela Rodrigues Lira

ELISANGELA RODRIGUES LIRA
041.080.243-38
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 709
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 083/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR ELIZABETE SANTOS DE AZEVEDO, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **ELIZABETE SANTOS DE AZEVEDO**, inscrita no CPF sob o número 332.016.923-87, residente e domiciliada à Rua Almirante Barroso Nº 54 Centro, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
10	COENTRO	KG	25	R$ 13,00	R$ 325,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	25	R$ 13,00	R$ 325,00	SEMANAL
11	COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	40	R$ 13,67	R$ 546,80	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	40	R$ 5,00	R$ 200,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	40	R$ 4,80	R$ 192,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 2.643,80	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 2.643,80 (Dois mil, seiscentos e quarenta e três reais e oitenta centavos)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 7733-X.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará à publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

ELIZABETE SANTOS DE AZEVEDO
332.016.923-87
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 715
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 084/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR EVANDRO ACÁCIO DE MOURA COSTA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **EVANDRO ACÁCIO DE MOURA COSTA**, inscrita no CPF sob o número 690.533.162-72, residente e domiciliada à Povoado Vila Abreu Rua Da Igreja, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO R$**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464.00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8.00	R$ 640.00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	400	R$ 3.95	R$ 1.580.00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100.00	SEMANAL
2	AMEDOIN	KG	60	R$ 10.00	R$ 600.00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9.00	R$ 90.00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250.00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	40	R$ 4,80	R$ 192.00	SEMANAL
TOTAL						R$ 4.916.00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 4.916,00 (Quatro mil, novecentos e dezesseis reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento (s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no (s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco Caixa Econômica Federal. Agência nº: 0768, OP Nº 013 e Conta Poupança nº: 60499-0.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06. Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

EVANDRO ACÁCIO DE MOURA COSTA
690.533.162-72
CONTRATADA

Evandro Acácio de M. Costa

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH-Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 721
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 085/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR EVENILDO DOS SANTOS SILVA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 0374504420095 SSP/MA nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **EVENILDO DOS SANTOS SILVA**, inscrita no CPF sob o número 609.392.353-31, residente e domiciliada à Rua 02 Nº12 Bairro Nobre Alto Dos Praxedes, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
23	MILHO VERDE	KG	450	R$ 3,95	R$ 1.777,50	SEMANAL
24	PEPINO	KG	50	R$ 3,20	R$ 160,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
TOTAL						R$ 2.517,50

LEI 2735 DE 30

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 2.517,50 (Dois mil, quinhentos e dezessete reais e cinqenta centavos)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco xxxxxxxxx, Agência nº: xxxxxxxxx e conta nº: xxxxxxxx.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 12 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretária Municipal de Educação
CONTRATANTE

EVENILDO DOS SANTOS SILVA
609.392.353-31
CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 727
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 086/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI. DE UM LADO O (A) FORNECEDOR EVERALDO SILVA NERES, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72. por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato. representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **EVERALDO SILVA NERES**, inscrita no CPF sob o número 947.259.933-87, residente e domiciliada à Rua 2, SN, Novo Horizonte, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA. firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir. tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem. partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
5	ALFACE	KG	50	R$ 13,67	R$ 683,50	SEMANAL
30	PEPINO	KG	70	R$ 3,20	R$ 224,00	SEMANAL
15	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
6	BATATA DOCE	KG	100	R$ 4,27	R$ 427,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
10	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650,00	SEMANAL
	MELANCIA	KG	1.100	R$ 1,80	R$ 1.980,00	
10	COUVE	KG	10	R$ 14,00	R$ 140,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 5.979,50	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021. com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

Everaldo

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 5.979,50 (Cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento (s) fiscal (is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

Esmeraldo

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta corrente nº: 13.822-3.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

Esvaldo

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava.

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

Ezenaldo

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

EVERALDO SILVA NERES
947.259.933-87
CONTRATADA

Everaldo Silva Neres

MODALIDADE
CH Publicação 001/2021
PA 051/2021
FLS 733
ASSINATURA



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Everaldo Silva Neres.

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 000123591999-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 30/08/2018

NOME EVERALDO SILVA NERES

FILIAÇÃO
ANTONIO PEREIRA NERES E MARIA FRANCISCA SILVA NERES

NATURALIDADE
BOM JARDIM - MA

DATA DE NASCIMENTO
26/09/1981

DOC ORIGEM
CASAM. N.0006928 FLS.017 LIV.00009

CPF
947259933-87

SAO LUIS-MA
R-030

ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-02

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE CH-Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 334
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 087/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI. DE UM LADO O (A) FORNECEDOR FELIPE OLIVEIRA SANTOS, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação. RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **FELIPE OLIVEIRA SANTOS**, inscrita no CPF sob o número 062.953.733-05, residente e domiciliada à Rua São Luis Nº 202 Centro, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(á) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2.75	R$ 1.100.00	SEMANAL
5	BANANA	KG	800	R$ 4,83	R$ 3.864.00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	700	R$ 3.95	R$ 2.765.00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5.00	R$ 400,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$ 580,00	SEMANAL
6	BATATA DOCE	KG	200	R$ 4,27	R$ 854,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	20	R$ 13.00	R$ 260,00	SEMANAL
Total					R$ 9.823,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

Felipe

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 9.823,00 (Nove mil, oitocentos e vinte e três reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

Felipe

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 26449-0.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

Felipe

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

Felipe

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. salvo em caso de calamidade pública. grave perturbação da ordem interna ou guerra. assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos. força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima. a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta. acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

Felipe

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93. Lei Complementar 123/06. Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

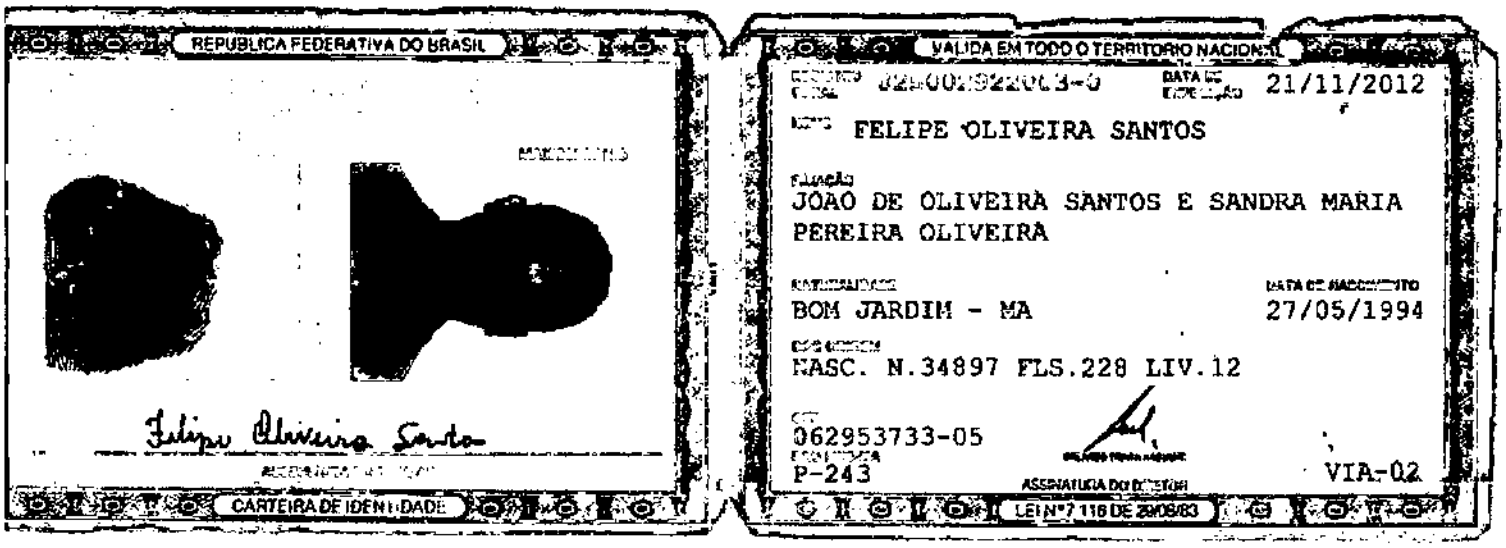
Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

FELIPE OLIVEIRA SANTOS
062.953.733-05
CONTRATADA

Felipe

MODALIDADE
CH. Pública 004/2021
PA 051/2021
FLS 710
ASSINATURA





MODALIDADE
CHAMADA PÚBLICA 001/2021
PA 051/2021
FLS 7 11
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 088/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR FRANCISCO SILVA MEDEIROS, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **FRANCISCO SILVA MEDEIROS**, inscrita no CPF sob o número 021.387.523-30, residente e domiciliada à Povoado Escada do Carú, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO R$	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
23	MILHO VERDE	KG	800	R$ 3,95	R$3.160,00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	570	R$ 8,00	R$4.560,00	SEMANAL
13	FAVA	KG	40	R$ 15,00	R$600,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	40	R$ 4,80	R$192,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$825,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$464,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	60	R$ 8,00	R$480,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 10.281,00	

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

Francisco

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de R$ 10.281.00 **(Dez mil, duzentos e oitenta e um reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

Francisco Silva Medeiros

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 24.685-9.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente à 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

Francisco

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

FRANCISCO SILVA MEDEIROS
021.387.523-30
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 7117
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 089/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR FLAVIA DEODORA SILVA ROCHA NASCIMENTO, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por. JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de.Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **FLAVIA DEODORA SILVA ROCHA NASCIMENTO** , inscrita no CPF sob o número 062.184.223-05, residente e domiciliada à Povoado Três Irmãos, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor.Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO R$	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
5	BANANA	KG	500	R$ 4.83	R$ 2.415.00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400.00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180.00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9.00	R$ 90.00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2,75	R$ 1.375.00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464.00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13,00	R$ 650.00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	50	R$ 13,00	R$ 650.00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8.00	R$ 400.00	SEMANAL
TOTAL					R$ 6.624.00	

Flávia Deodora

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de R$ 6.624.00 (Seis mil, seiscentos e vinte e quatro reais) para o período da contratação:

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

Glória Dourado

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 16.51-9 e conta corrente nº: 29056-4.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

Flávia Deodora

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como; a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

Flávia Duclora

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6: A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

Flávia Dioclora

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06. Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

FLAVIA DEODORA SILVA ROCHA NASCIMENTO
062.184.223-05
CONTRATADA

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 753
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 090/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR GERALDO LOPES PONTES, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **GERALDO LOPES PONTES**, inscrita no CPF sob o número 290.734.643-15, residente e domiciliada à Vila Pedrosa, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO R$	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
11	COUVE	KG	10	R$ 14.00	R$ 140.00	SEMANAL
28	REPOLHO	KG	30	R$ 7.50	R$ 225.00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5.00	R$ 400.00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8.00	R$ 400.00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464.00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13.00	R$ 1.040.00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2.75	R$ 1.375.00	SEMANAL
5	BANANA	KG	800	R$ 4.83	R$ 3.864.00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	60	R$ 13.00	R$ 780.00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	80	R$ 13.67	R$ 1.093.60	SEMANAL
TOTAL					R$ 9.781.60	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

Geraldo

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados. na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 9.781,60 (Nove mil. setecentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas. tributos incidentes. encargos sociais. previdenciários. trabalhistas e comerciais. taxa de administração e lucro. materiais e mão-de-obra a serem empregados. seguros. despesas com transporte. hospedagem. diárias. alimentação. e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento. mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s). após o atesto pela CONTRATANTE. no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar. juntamente com o documento fiscal. os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União:
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS:
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos:
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a". bem como do Certificado de Regularidade do FGTS. da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais. ou a irregularidade destas. não acarretará retenção do pagamento. Entretanto. a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade. o Contrato poderá ser rescindido. sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA. a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais. aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção. o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização. observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE. por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s). deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

Geraldo

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 755
ASSINATURA

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil. Agência nº: 1651-9 e conta nº: 17859-4.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

Geraldo

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados:
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

Geraldo

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

GERALDO LOPES PONTES
290.734.643-15
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 08/2021
PA 051/2021
FLS 759
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 091/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR HILDENGARDEM SOUSA BRITO, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **HILDENGARDEM SOUSA BRITO**, inscrita no CPF sob o número 041.167.683-08, residente e domiciliada à Sítio Santa Luzia Estrada Do Centro João Bartião, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com à Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
23	MILHO VERDE	KG	800	R$ 3.95	R$ 3.160.00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	100	R$ 8.00	R$ 800.00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2.75	R$ 1.375.00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5.00	R$ 250.00	SEMANAL
Total					R$ 5.585.00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 5.585,00 (Cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais)** para o período da contratação.

Hildengardem

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título. em bancos ou outras instituições do gênero. tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Nordeste. Agência nº: 00103 e conta nº: 000021777-3.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses. contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro. da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido. poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC. conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado. ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula. de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato. a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades. admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado. nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual. determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração. por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuizo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados:
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuizo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

Hildengardem Sousa Brito
HILDENGARDEM SOUSA BRITO
041.167.683-08
CONTRATADA

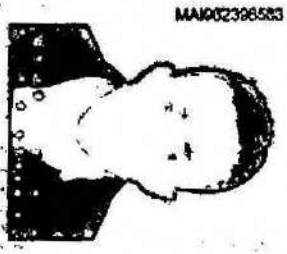
Hildengardem Sousa Brito

MODALIDADE
CM Pulpação 011/2021
PA 051/2021
FLS 765
ASSINATURA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MA902398583





ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 031927522006-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/11/2017

NOME HILDENGARDEM SOUSA BRITO

FILIAÇÃO
HILTON SOUSA BRITO E MARIA DOS REIS SOUSA BRITO

NATURALIDADE
BOM JARDIM - MA

DATA DE NASCIMENTO
07/06/1986

DOC ORIGEM
CASAM. N.0007158 FLS.047 LIV.00010

CPF
041167683-08

SÃO LUÍS-MA
P-30

ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-02

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MODALIDADE
SIA. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 766
ASSINATURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE CH-Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 767
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 092/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI. DE UM LADO O (A) FORNECEDOR HILGECIANE SOUSA BRITO. E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72. por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por. JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação. RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **HILGECIANE SOUSA BRITO**, inscrita no CPF sob o número 052.200.753-81. residente e domiciliada à Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Forneciemnto**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	60	R$ 4,80	R$ 288,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	60	R$ 13,67	R$ 820,20	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 4.268,20	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 4.268,20 (Quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte centavos)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta corrente nº: 22668-8.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e

mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 772
ASSINATURA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

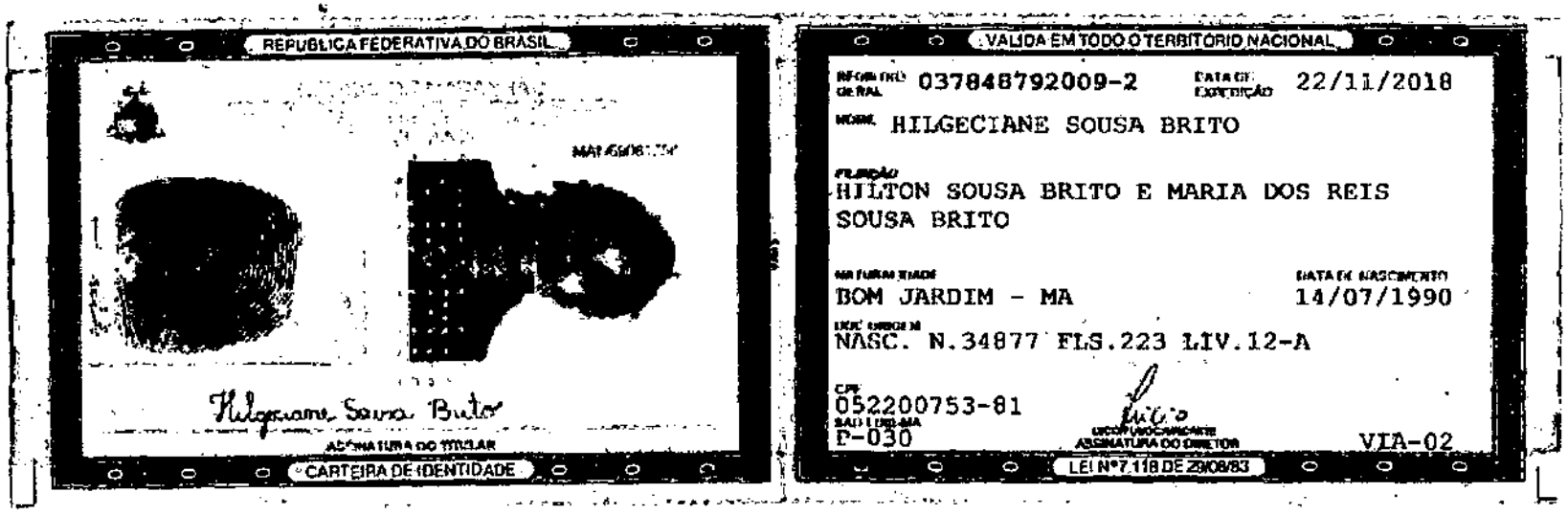
CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

HILGECIANE SOUSA BRITO
052.200.753-81
CONTRATADA





MODALIDADE
PA
FLS
ASSINATURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 051/2021
PA 051/2021
FLS 174
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 093/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR HILTON SOUSA BRITO, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **HILTON SOUSA BRITO**, inscrita no CPF sob o número 826.173.923-68, residente e domiciliada à Rua Santa Terezinha S/N Vila Pedrosa, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2.75	R$ 1.100.00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9.00	R$ 180.00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9.00	R$ 90,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8.00	R$ 640.00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11.60	R$ 580.00	SEMANAL
TOTAL					R$ 2.590,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 2.590,00 (Dois mil, quinhentos e noventa reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 13952-1.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

Milton Sousa Brito

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

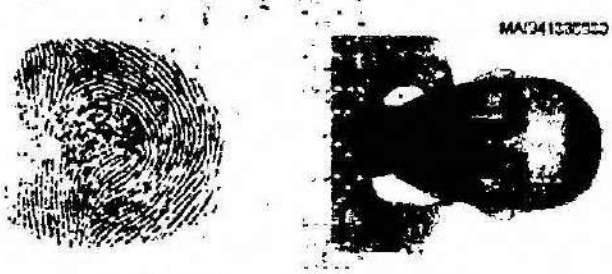
Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

HILTON SOUSA BRITO
826.173.923-68
CONTRATADA

MODALIDADE
CH. Publica 004/2021
PA 51/2021
FLS 780
ASSINATURA

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 054512202014-1 DATA DE EXPEDIÇÃO 06/11/2014

NOME HILTON SOUSA BRITO

FILIAÇÃO
JOAO OLIVEIRA BRITO E AMALIA SOUSA BRITO

NATURALIDADE
BOM JARDIM - MA

DATA DE NASCIMENTO
04/07/1964

DOC ORIGEM
CASAM. N.1399 FLS.194-V LIV.B-13

CPF
826173923-68

SAC LUSA-PA
P-30

ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 781
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 094/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR IONAR SILVA LIMA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **IONÁR SILVA LIMA**, inscrita no CPF sob o número 467.439.443-00, residente e domiciliada à Rua João Castro S/N Vila Méireles, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
17	LIMÃO	KG	20	R$ 5,20	R$ 104,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	500	R$ 4,83	R$ 2.415,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	100	R$ 8,00	R$ 800,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	1.600	R$ 3,95	R$ 6.320,00	SEMANAL
21	MAXIXÊ	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	60	R$ 3,20	R$ 192,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5,00	R$ 250,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	60	R$ 13,00	R$ 780,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13,00	R$ 1.040,00	SEMANAL
6	BATATA DOCE	KG	100	R$ 4,27	R$ 427,00	SEMANAL
3	ALFCE	KG	70	R$ 13,67	R$ 956,90	SEMANAL
TOTAL					R$ 14.564,90	

Jonar

1

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de R$ 14.564,90 (Quatorze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos) para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

Jonas

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta corrente nº: 8454-9.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$\mathbf{Pr = P + (P \times V)}$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

Jonas

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

Jomar

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem-as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

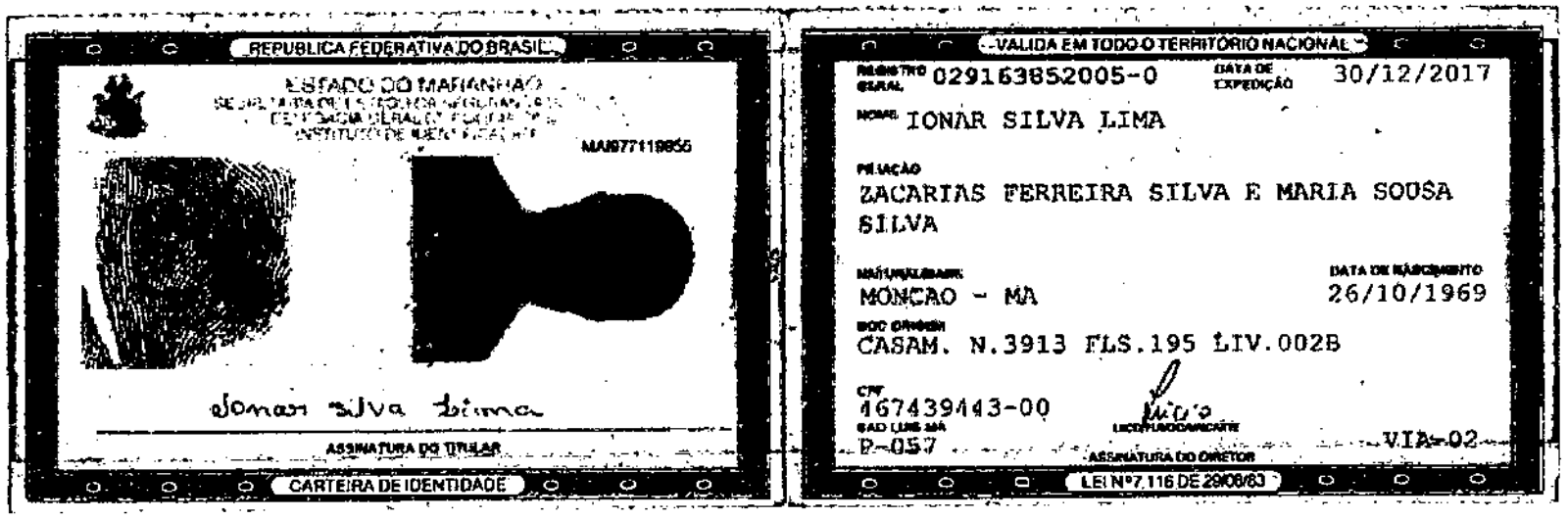
E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

IONAR SILVA LIMA
467.439.443-00
CONTRATADA

MODALIDADE
CH Reabilitação 2021
PA 051/2021
FLS 787
ASSINATURA





MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS. 788
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 095/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR IVAN RIBEIRO VIDAL SILVA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **IVAN RIBEIRO VIDAL SILVA**, inscrita no CPF sob o número 713.786.692-15, residente e domiciliada à Avenida José Pedro Vasconcelos, nº 2334, Alto dos Praxedes, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo 1** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO R$	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2,75	R$ 1.375,00	SEMANAL
20	MARACUJÁ	KG	1000	R$ 7,10	R$ 7.100,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	1.200	R$ 3,95	R$ 4.740,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	70	R$ 3,20	R$ 224,00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105,00	SEMANAL
6	PIMENTÃO	KG	20	R$ 7,50	R$ 150,00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$ 400,00	SEMANAL
7	BETERRABA	KG	50	R$ 6,90	R$ 345,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4,80	R$ 240,00	SEMANAL
9	CENOURA	KG	50	R$ 6,90	R$ 345,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 15.294,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 15.294.00 (Quinze mil, duzentos e noventa e quatro reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ. que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s). deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Especificas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV). verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título. em bancos ou outras instituições do gênero. tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco Banco do Brasil. Agência nº: 1651-9 e conta nº: 26.171-8.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento. desde que observado o interrégno mínimo de 12 (doze) meses. contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro. da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido. poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM. IGP-DI e INPC. conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado. ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo. ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato. a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades. admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência:

b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação:

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

Ivan Ribeiro Vidal Silva
IVAN RIBEIRO VIDAL SILVA
713.786.692-15
CONTRATADA

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 194
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 096/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI. DE UM LADO O (A) FORNECEDOR JOÃO DA SILVA SALES, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **JOÃO DA SILVA SALES**, inscrita no CPF sob o número 165.313.612-04, residente e domiciliada à Rua Miguel Meireles, nº 45, Meireles, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Forneciemnto**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464.00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	100	R$ 8.00	R$ 800.00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	R$ 3.95	R$ 1.975.00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2.75	R$ 1.100.00	SEMANAL
29	TAPIOCA	KG	300	R$ 8.00	R$ 2.400.00	SEMANAL
5	ABÓBORA	KG	40	R$ 4.80	R$ 192.00	SEMANAL
13	FAVA	KG	40	R$ 15.00	R$ 600.00	SEMANAL
TOTAL					R$ 7.531.00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

João

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 7.531,00 (Sete mil, quinhentos e trinta e um reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

João

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e Conta Conta Nº: 5.154-3.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

João

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas. projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração. associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão. cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA. que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato..
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e

João

mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1 e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

JOÃO DA SILVA SALES
165.313.612-04
CONTRATADA

João da Silva Sales

MODALIDADE
CH Rubrica 001/2021
PA 05/1/2021
FLS 800
ASSINATURA





CONTRATO Nº 097/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR JOÃO MESQUITA ARAÚJO, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **JOÃO MESQUITA ARAÚJO**, inscrita no CPF sob o número 868.822.013-15, residente e domiciliada à Rua Benedito Leite, Vila Muniz, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$ 825,00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	600	R$ 3,95	R$ 2.370,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	900	R$ 4,83	R$ 4.320,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	20	R$ 3,73	R$ 74,60	SEMANAL
TOTAL						R$ 8.229,60

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 8.229,60 (Oito mil, duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 24346-9.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados a CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 02/2021 - GAB/PMBJ

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

JOÃO MESQUITA ARAUJO
868.822.013-15
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 307
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 098/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR JOÃO RODRIGUES DA SILVA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 0374504420095, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **JOÃO RODRIGUES DA SILVA**, inscrita no CPF sob o número 156.475.872-91, residente e domiciliada à Povoado Rapadura Velho, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**
, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
12	FARINHA AMARELA OU D'ÁGUA	KG	100	R$ 7,50	R$ 750,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$ 1.100,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9,00	R$ 180,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	70	R$ 3,20	R$ 224,00	SEMANAL
TOTAL						R$ 2.718,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

João

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de R$ 2.718,00 (Dois mil, setecentos e dezoito reais) para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta nº: 13.870-3.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

João

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

João

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação
Portaria nº 027/21 - GAB/PMBJ

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

João Rodrigues da Silva

JOÃO RODRIGUES DA SILVA
156.475.872-91
CONTRATADA

MODALIDADE
CH-Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 813
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 099/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ-Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA**, inscrita no CPF sob o número 655.402.122-15, residente e domiciliada à Rua Vila Esperança Nº 28 Bairro Vila Esperança, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
5	BANANA	KG	400	R$ 4,83	R$1.932,00	SEMANAL
10	COENTRO	KG	70	R$ 13,00	R$910,00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	80	R$ 13.00	R$1.040,00	SEMANAL
24	PEPINO	KG	70	R$ 3.20	R$224,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2,75	R$825,00	SEMANAL
1	ABÓBORA	KG	50	R$ 4.80	R$240,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5,00	R$400,00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	80	R$ 13,67	R$1.093,60	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11.60	R$580,00	SEMANAL
22	MELANCIA	KG	2000	R$ 1.80	R$3.600,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	1.500	R$ 3,95	R$5.925,00	SEMANAL
4	ARROZ	KG	200	R$ 8,27	R$1.654,00	SEMANAL
TOTAL					R$: 18.423,60	

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de

execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de R$: 18.423,60 (Dezoito Mil, quatrocentos e vinte e três reais e sessenta centavos) para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco Banco Bradesco; Agência nº: 1411 e conta corrente nº: 0550846-0.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;

José

c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V, do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de

José

indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1 e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

JOSÉ LEANDRO RIBEIRO DA SILVA
655.402.122-15
CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
Ch. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 819
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 100/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2021.
PROCESSO N.º 051/2021.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR JOSÉ LOTÉRIO, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **JOSÉ LOTÉRIO**, inscrita no CPF sob o número 290.747.383-20, residente e domiciliada à Rua Milena Nº 56 Bairro Santa Clara, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimnto**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
11	COUVE	KG	10	R$ 14.00	R$ 140.00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	80	R$ 5.00	R$ 400.00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	40	R$ 11,60	R$ 464.00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	500	R$ 2.75	R$ 1.375.00	SEMANAL
28	REPOLHO	KG	20	R$ 7.50	R$ 150.00	SEMANAL
5	BANANA	KG	800	R$ 4.83	R$ 3.864.00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13.00	R$ 650.00	SEMANAL
3	ALFACE	KG	100	R$ 13,67	R$ 1.367.00	SEMANAL
TOTAL					**R$ 8.410,00**	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de R$ 8.410.00 (Oito mil. quatrocentos e dez reais) para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e Conta Corrente nº: 24.811-8.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas. projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento. levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE:
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93. sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração. associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão. cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA. que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra. ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE. salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo. assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos. força maior ou razões de interesse público. acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato. até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima. a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE. sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar. nas mesmas condições da proposta. acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06. Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital. seus Anexos. e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial. nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

José

MODALIDADE
CH. Público 0001/2021
PA 051/2021
FLS 825
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

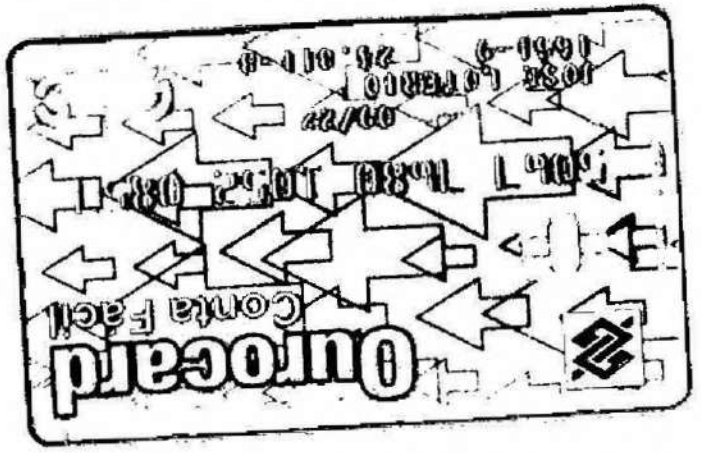
CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais. assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

JOSÉ LOTÉRIO
290.747.383-20
CONTRATADO



MODALIDADE
PA 051/2021
FLS 226
ASSINATURA


REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

José Loterio

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE


VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

056175202015-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 27/05/2015

JOSE LOTERIO

TERESA LOTERIO

SOBRAL - CE DATA DE NASCIMENTO 28/07/1956

CASAM. N.1139 FLS.205 LIV.05

290747383-20

P-30

ASSINATURA DO DIRETOR

VIA-01

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 827
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 101/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI. DE UM LADO O (A) FORNECEDOR JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS. E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA,** pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos. S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS,** inscrita no CPF sob o número 051.655.953-23, residente e domiciliada à Povoado Santo Antônio, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir. tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo 1** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem. partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2.75	R$ 825.00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	R$ 3.95	R$ 1.975,00	SEMANAL
21	MAXIXE	KG	20	R$ 9.00	R$ 180,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	50	R$ 5.00	R$ 250.00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	100	R$ 3.73	R$ 373,00	SEMANAL
15	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	50	R$ 11,60	R$ 580.00	SEMANAL
TOTAL					R$ 4.183.00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 4.183,00 (Quatro mil, cento e oitenta e três reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 conta corrente nº: 29.152-8.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava.

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06. Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

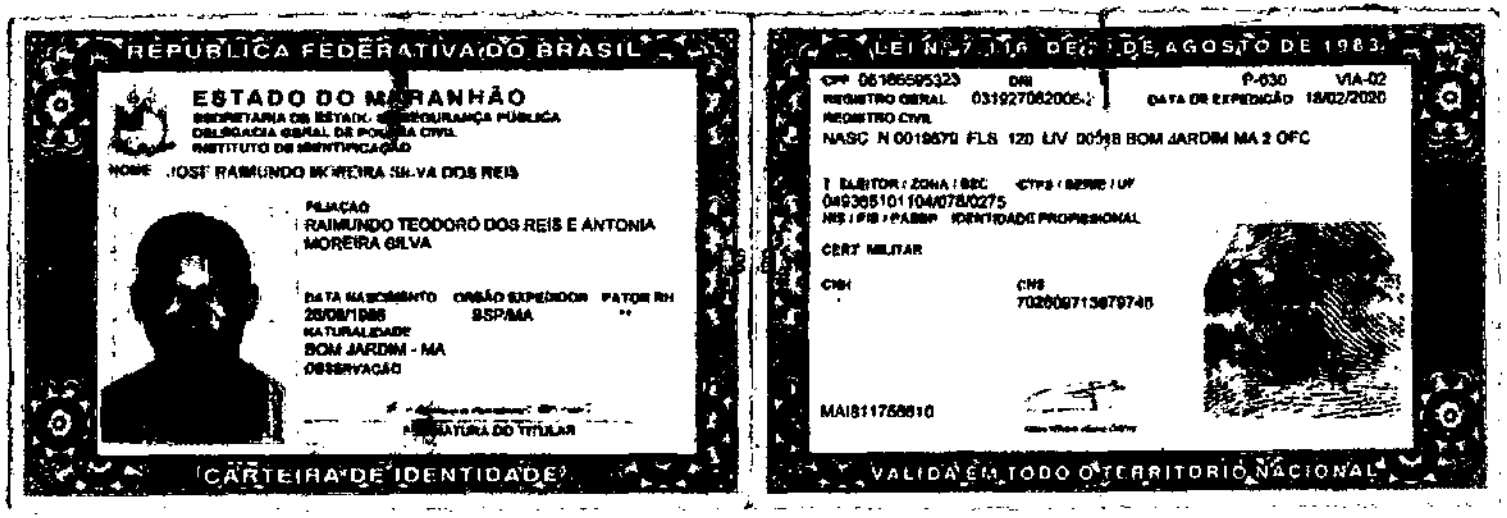
E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

JOSÉ RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS
051.655.953-23
CONTRATADO

CH. 2 MODALIDADE
PA 031/2021
FLS 333
ASSINATURA



MODALIDADE
CH-Publico 001/2021
PA 051/2021
FLS 834
ASSINATURA

BANCO DO BRASIL

Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex Pessoa Física

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.,** com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 1651-9 - BOM JARDIM-MA (MA), inscrita no CNPJ nº 000.000/1412-59, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Poupex, doravante denominada **Poupex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante 1: JOSE RAIMUNDO MOREIRA SILVA DOS REIS, inscrito(a) no CPF sob o n.º 051.655.953-23 , capaz, sexo masculino, brasileiro(a), natural de BOM JARDIM MA, nascido(a) em 26/08/1986, filho(a) de RAIMUNDO TEODORO DOS REIS e ANTONIA MOREIRA SILVA, portador(a) do(a) carteira de identidade n°. 0319270820062, emitido(a) em 18/02/2020, pelo(a) SESP MA , trabalhador informal, endereço residencial: R PRINCIPAL SN POVOADO VL ABREU, RURAL, BOM JARDIM - MA , CEP 65.380-000, endereço comercial: RUA ARLINDO MENEZES 193, CENTRO, BOM JARDIM - MA , CEP 65.380-000, telefone(s) (98) 99155-6578, solteiro(a), sem união estável .

Dados da conta

Agência 1651-9, Conta-Corrente n.º 29.152-8, Poupança Ouro n.º 510.029.152-0, Poupança Poupex n.º 960.029.152-2, conta individual, aberta em 26.05.2021.

PACOTE DE SERVIÇOS: O(s) **Proponente(s)/Contratante(s)** declara(m) ter conhecimento de que pode(m) optar por:

a) **ADERIR** ao pacote de serviços na modalidade oferecida pelo **Banco do Brasil S.A**. na forma da Carta Circular BACEN n.º 3.594, de 22/04/2013, por meio do Termo de Adesão a Pacote de Serviços de Conta de Depósitos – Pessoa Física, anexo a esta proposta/contrato de abertura de conta-corrente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 835
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 102/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO. E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA. inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72. por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por. JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação. RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e. do outro lado. o (a) fornecedor (a) **JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO**, inscrita no CPF sob o número 652.912.983-91, residente e domiciliada à Rua 15 De Novembro Estrada Do Marajá. Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA. firmam o presente instrumento contratual. nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
18	MACAXEIRA	KG	550	R$ 2,75	R$ 1.512,50	SEMANAL
5	BANANA	KG	1000	R$ 4,83	R$ 4.830,00	SEMANAL
20	MARACUJÁ	KG	400	R$ 7.10	R$ 2.840.00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	KG	80	R$ 8,00	R$ 640.00	SEMANAL
TOTAL					R$ 9.822,50	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021. com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

José Raimundo

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 9.822,50 (Nove mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

Jose Raimundo

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Nordeste. Agência nº: 00103 e conta nº: 000033140-1.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

José Raimundo

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras

Losé Raimundo

previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

José Raimundo

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06. Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

JOSÉ RAIMUNDO RODRIGUES DA CONCEIÇÃO
652.912.983-91
CONTRATADO

José Raimundo Rodrigues da Conceição

MODALIDADE
CH Pública 009/2021
PA 05/1/2021
FLS 841
ASSINATURA





PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH-Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 342
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 103/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR JOSELIAS DOS REIS, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa juridica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **JOSELIAS DOS REIS**, inscrita no CPF sob o número 037.513.993-13, residente e domiciliada à Povoado Boa Esperança Da Água Preta, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
10	COENTRO	KG	60	R$ 13.00	R$ 780.00	SEMANAL
8	CEBOLINHA	KG	50	R$ 13.00	R$ 650.00	SEMANAL
5	BANANA	KG	500	R$ 4.83	R$ 2.415.00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	300	R$ 2.75	R$ 825.00	SEMANAL
27	QUIABO	KG	10	R$ 9,00	R$ 90.00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	100	R$ 3,73	R$ 373.00	SEMANAL
25	PIMENTA DE CHEIRO	KG	10	R$ 10,50	R$ 105.00	SEMANAL
TOTAL					R$ 5.238.00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados. na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 5.238,00 (Cinco mil, duzentos e trinta e oito reais)** para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas. tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro. materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento (s) fiscal (is) válido (s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal. os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União:
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção. o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE. por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ. que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Brasil, Agência nº: 1651-9 e conta corrente nº: 28.961-2.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.

§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação:

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

JOSELIAS DOS REIS
037.513.993-13
CONTRATADO


REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PUBLICA
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME JOSÉLIA B DOS REIS

FILIAÇÃO
ANTONIA DOS REIS

DATA NASCIMENTO ORGÃO EXPEDIDOR FATOR RH
04/06/1961 SSP/MA
NATURALIDADE
BOM JARDIM - MA
OBSERVAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE


LEI N 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

CPF 03751390313 DN P-030 VIA-02
REGISTRO GERAL 0000995341998-2 DATA DE EXPEDIÇÃO 22/10/2020
REGISTRO CIVIL
NASC N 53560 FLS. 197 LIV. A 40 PENALVA MA 2 OFC

T. ELEITOR / ZONA / SEC CTPS / SERIE / UF
040790041155/078/0007
NIS / PIS / PASEP IDENTIDADE PROFISSIONAL

CERT. MILITAR

CNH CNS

MA818287660

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

MODALIDADE
PA 05/11/2021
FLS 818
ASSINATURA

BANCO DO BRASIL

Proposta/Contrato de Abertura de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Poupex Pessoa Física

PA 0511202
FLS 819
ASSINATURA

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 1651-9 - BOM JARDIM-MA (MA), inscrita no CNPJ nº 000.000/1412-59, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Poupex, doravante denominada **Poupex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante 1: JOSELIAS DOS REIS, inscrito(a) no CPF sob o n.º 037.513.993-13 , capaz, sexo masculino, brasileiro(a), natural de BOM JARDIM-MA nascido(a) em 04/08/1981, filho(a) de CAMPO EM BRANCO NO DOCUMENTO DE IDENTIFICACAO e ANTONIA DOS REIS, portador(a) do(a) carteira de identidade nº. 000099534198-2, emitido(a) em 22/10/2020, pelo(a) SESP MA , agricultor, endereço residencial: BOA ESPERANCA DA AGUA PRETA S/N, ZONA RURAL, BOM JARDIM - MA , CEP 65.380-000 , telefone(s) (98) 99215-9211, solteiro(a), sem união estável .

Dados da conta

Agência 1651-9, Conta-Corrente n.º 28.961-2, Poupança Ouro n.º 510.028.961-5, Poupança Poupex n.º 960.028.961-7, conta individual, aberta em 15.04.2021.

COTE DE SERVIÇOS: O(s) **Proponente(s)/Contratante(s)** declara(m) ter conhecimento de que pode(m) optar por:

a) **ADERIR** ao pacote de serviços na modalidade oferecida pelo **Banco do Brasil S.A.** na forma da Carta Circular BACEN n.º 3.594, de 22/04/2013, por meio do Termo de Adesão a Pacote de Serviços de Conta de Depósitos – Pessoa Física, anexo a esta proposta/contrato de abertura de conta-corrente.

b) **ADERIR** ao Pacote de Serviços constante do Termo de Adesão a Pacote de Serviços anexo à proposta/contrato de abertura de conta-corrente.

c) **NÃO ADERIR** a um pacote de serviços, ciente de que: (a) poderá utilizar serviços e tarifas individualizadas; (b) fará jus sem ônus aos SERVIÇOS ESSENCIAIS, estando sujeito à cobrança, de acordo com a tabela de tarifas divulgada pelo **Banco do Brasil**, pelos serviços avulsos utilizados que ultrapassarem as quantidades tidas como SERVIÇOS ESSENCIAIS ou que não sejam considerados SERVIÇOS ESSENCIAIS.

clarações e autorizações

O tratamento e processamento de dados pessoais do(s) Proponente(s)/Contratante(s) pelo BANCO DO BRASIL S.A. será realizado com o propósito de permitir a plena e adequada execução do objeto desta Proposta/Contrato, bem como para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

O(s) Proponente(s)/Contratante(s), igualmente para os fins da LGPD, autoriza(m) que seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, sejam utilizados em situações relacionadas aos processos de contratação e condução do objeto desta Proposta/Contrato, os quais serão mantidos sob estreita proteção e segurança de acessos.

O(s) Proponente(s)/Contratante(s) declara(am) estar ciente(s) que o BANCO DO BRASIL S.A.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 350
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 104/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021**.
PROCESSO N.º **051/2021**.

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR JOSENILDO SILVA E SILVA, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49, doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **JOSENILDO SILVA E SILVA**, inscrita no CPF sob o número 923.082.523-91, residente e domiciliada à Avenida José Pedro Vasconcelos, SN, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO R$	TOTAL	CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS
17	LIMÃO	Kg	20	R$ 5.20	R$ 104.00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	Kg	500	R$ 2.75	R$ 1.375.00	SEMANAL
21	MAXIXE	Kg	20	R$ 9.00	R$ 180.00	SEMANAL
27	QUIABO	Kg	10	R$ 9.00	R$ 90.00	SEMANAL
29	TAPIOCA	Kg	400	R$ 8.00	R$ 3.200.00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	Kg	80	R$ 5.00	R$ 400.00	SEMANAL
14	FEIJÃO SECO	Kg	80	R$ 8.00	R$ 640.00	SEMANAL
TOTAL					R$ 5.989.00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de **R$ 5.989.00 (Cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais)** para o periodo da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluidos todos os custos e despesas diretas e indiretas. tributos incidentes. encargos sociais. previdenciários. trabalhistas e comerciais. taxa de administração e lucro. materiais e mão-de-obra a serem empregados. seguros. despesas com transporte. hospedagem. diárias. alimentação. e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento(s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE. no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal. os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União:
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS:
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais. emitida pelos respectivos órgãos:
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a". bem como do Certificado de Regularidade do FGTS. da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais. ou a irregularidade destas. não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima. persistindo a irregularidade. o Contrato poderá ser rescindido. sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA. a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais. aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção. o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização. observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE. por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuizos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s). deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Especificas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso. com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV). verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco Banco do Brasil. Agência nº: 1651-9 e conta nº: 27.000-8.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:

a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2. sem que haja culpa da CONTRATADA. será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.
9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE. exceto quando se tratar de casos fortuitos. força maior ou razões de interesse público. acarretará as seguintes consequências. sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:
a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato. até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE:

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações. porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados:

c) retenção/execução da garantia contratual. quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento. para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte. na forma prevista nas alíneas acima. a CONTRATADA será notificada para. no prazo de 05 (cinco) dias úteis. a contar do recebimento da notificação. recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE. sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:
As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
A CONTRATADA fica obrigada a aceitar. nas mesmas condições da proposta. acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e. subsidiariamente. da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06. Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato. o Edital. seus Anexos. e a Proposta Econômica da CONTRATADA. estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial. nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

MODALIDADE
CH. Pública 003/2021
P.A 051/2021
FLS. 855
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

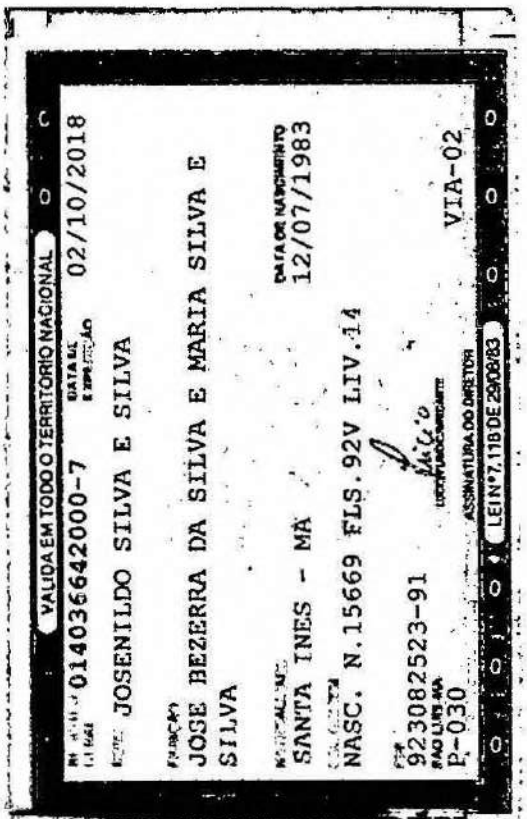
Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

JOSENILDO SILVA E SILVA
923.082.523-91
CONTRATADA

MODALIDADE
CH-Publica 001/21
PA 051/2021
FLS 856
ASSINATURA







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

JUSTIÇA ELEITORAL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
JOSENILDO SILVA E SILVA

DATA DE NASCIMENTO	INSCRIÇÃO	ZONA	SEÇÃO
12/07/1983	040662061139	078	0020

MUNICÍPIO / UF	DATA DE EMISSÃO
BOM JARDIM / MA	04/09/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOM JARDIM
COMPROMISSO COM A RENOVAÇÃO.

MODALIDADE
CH. Pública 001/2021
PA 051/2021
FLS 357
ASSINATURA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM
CNPJ: 06.229.975/0001-72

CONTRATO Nº 105/2021

CHAMADA PÚBLICA N.º **001/2021.**
PROCESSO N.º **051/2021.**

TERMO DE CONTRATO, QUE CELEBRAM ENTRE SI, DE UM LADO O (A) FORNECEDOR JUCELINO DA SILVA XAVIER, E DO OUTRO A PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM/MA.

A **Prefeitura Municipal de Bom Jardim– MA**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. José Pedro Vasconcelos, S/N, Bom Jardim/MA, inscrita no CNPJ sob n. 06.229.975/0001-72, por intermédio da **Secretaria Municipal de Educação**, inscrita no CNPJ Nº 30.323.110/0001-55 neste ato, representada por, JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA, brasileira, Secretária Municipal de Educação, RG nº 037450442009-5, CPF nº 852.100.483-49; doravante denominado(a) CONTRATANTE e, do outro lado, o (a) fornecedor (a) **JUCELINO DA SILVA XAVIER**, inscrita no CPF sob o número 024.865.823-98, residente e domiciliada à Rua Arlindo Menezes Nº 334 Centro, Bom Jardim/MA, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente instrumento contratual, nos termos e condições estabelecidas a seguir, tudo de acordo com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, em regime de **Fornecimento**, de acordo com a proposta adjudicada e em conformidade com o descrito no **Anexo I** do Edital do(a) CHAMADA PÚBLICA que lhe deu origem, partes integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos.

PREÇO DE AQUISIÇÃO*						
ITEM	**PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**UNITÁRIO**	**TOTAL**	**CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PRODUTOS**
14	FEIJÃO SECO	KG	50	R$ 8,00	R$400,00	SEMANAL
23	MILHO VERDE	KG	500	R$ 3,95	R$1.975,00	SEMANAL
30	VINAGREIRA	KG	60	R$ 5,00	R$300,00	SEMANAL
5	BANANA	KG	400	R$ 4,83	R$1.932,00	SEMANAL
18	MACAXEIRA	KG	400	R$ 2,75	R$1.100,00	SEMANAL
19	MAMÃO	KG	100	R$ 3,73	R$373,00	SEMANAL
20	MARACUJÁ	KG	300	R$ 7,10	R$2.130,00	SEMANAL
TOTAL					R$ 8.210,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E INÍCIO: O período de execução e vigência do presente Contrato será até 31 de dezembro de 2021, com início na data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA GARANTIA: Não será exigida para esta contratação.

Jucelino

CLÁUSULA QUARTA: DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO: A fiscalização e acompanhamento do fornecimento por servidores especialmente designados, na forma prevista pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁSULA QUINTA - DO VALOR: O valor global do presente instrumento é de R$ 8.210,00 (Oito mil, duzentos e dez reais) para o período da contratação.

§ Primeiro - No preço estão incluídos todos os custos e despesas diretas e indiretas, tributos incidentes, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas e comerciais, taxa de administração e lucro, materiais e mão-de-obra a serem empregados, seguros, despesas com transporte, hospedagem, diárias, alimentação, e quaisquer outros necessários ao fiel e integral cumprimento desta contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

6.1. Os pagamentos serão efetuados no decorrer do fornecimento, mediante apresentação de documento (s) fiscal(is) válido(s), após o atesto pela CONTRATANTE, no prazo de até 15 dias úteis.

6.2. Para fins de pagamento a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certificado de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais e Municipais, emitida pelos respectivos órgãos;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida pelos respectivos órgãos.

6.2.1. A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito descrita na alínea "a", bem como do Certificado de Regularidade do FGTS, da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e da Certidão Negativa de Débito (CND) relativa aos Tributos estaduais e municipais, ou a irregularidade destas, não acarretará retenção do pagamento. Entretanto, a CONTRATADA será comunicada quanto à apresentação de tais documentos em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis.

6.2.2. Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

6.2.3. Concomitante à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará à Caixa Econômica Federal no caso do CRF; à Receita Federal no caso de CND relativa aos Tributos Federais e no caso dos Tributos Estaduais e Municipais, aos seus respectivos órgãos.

6.2.4. Caso o fornecimento seja recusado e/ou o documento fiscal apresente incorreção, o fornecimento será considerado como não efetuado e o prazo de pagamento será contado após a data de regularização, observado o prazo do atesto.

6.2.5. Quaisquer alterações nos dados bancários deverão ser comunicadas à CONTRATANTE, por meio de carta, ficando sob inteira responsabilidade da CONTRATADA os prejuízos decorrentes de pagamentos incorretos devido à falta de informação.

6.2.6. O CNPJ, que deverá constar no(s) documento(s) fiscal(is) apresentado(s), deverá ser o mesmo CNPJ que a CONTRATADA utilizou neste Instrumento.

6.2.7. O faturamento dos documentos fiscais terá como referência o local da entrega do fornecimento definido nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento.

6.3. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação pro rata tempore do IGP-M (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que esse for efetivado.

6.4. A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero, tampouco a cessão/negociação do crédito que implique na sub-rogação de direitos.

6.5. Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

6.6. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito no Banco do Nordeste, Agência nº: 00103 e conta nº: 000032646-7.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO DO PREÇO:

7.1. Os preços deste instrumento, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data de proposta de preços pela licitante ou nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados adotando-se a fórmula abaixo e utilizando-se a variação acumulada em 12 (doze) meses do MENOR entre os seguintes valores: a) IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, mantido pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; ou b) média aritmética simples dos índices IGPM, IGP-DI e INPC, conforme a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:
Pr = preço reajustado, ou preço novo;
P = preço atual (antes do reajuste);
V = variação percentual obtida na forma do item 7.1. desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

7.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

7.2.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

7.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: Na vigência do Contrato, a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades, admitindo-se a ampla defesa e os recursos previstos em Lei:

a) advertência;
b) multa de mora correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor não executado, nos casos em que ensejarem sua rescisão contratual, determinada por ato unilateral e escrita do CONTRATANTE;
c) suspensão temporária da possibilidade de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da suspensão.
§ Único - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b".

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das penalidades previstas na Cláusula Oitava:

9.1.1. Por ato unilateral da CONTRATANTE, quando ocorrer:
a) o não-cumprimento ou cumprimento irregular de Cláusulas contratuais, especificações técnicas, projetos ou prazos;
b) a lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão do fornecimento, nos prazos estipulados;
c) atraso injustificado na entrega do fornecimento;
d) paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;
e) não-manutenção das condições de habilitação exigidas na licitação;
f) descumprimento do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
g) subcontratação total do objeto deste Contrato;
h) subcontratação parcial do objeto do contrato sem autorização expressa da administração, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência da CONTRATANTE;
i) desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como, a de seus superiores;
j) cometimento de falhas na execução deste Contrato;
k) decretação de falência da CONTRATADA;
l) dissolução da sociedade da CONTRATADA;
m) alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução deste Contrato;
n) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato;
o) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução deste Contrato.
9.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE, reduzida a termo no Processo Administrativo.
9.1.3. Judicialmente, nos termos da legislação.
9.2. É prevista a rescisão, ainda, nos seguintes casos:

a) supressão, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação além do limite de acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25%(Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, estabelecido à época da celebração deste Instrumento, devidamente corrigido até a data da supressão, ressalvados os casos de concordância da CONTRATADA;

b) suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda, por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

c) ocorrendo atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo Administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade Competente.

9.5. Quando a rescisão ocorrer com base nas alíneas "n" e "o" do subitem 9.1.1.e alíneas "a", "b" e "c" do subitem 9.2, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, se for o caso.

9.6. A rescisão por ato unilateral da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas em lei ou neste instrumento:

a) retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE;

b) retenção dos créditos existentes em outras contratações, porventura vigentes entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, até o limite dos prejuízos causados;

c) retenção/execução da garantia contratual, quando essa exigência estiver contida nas Condições Específicas da Contratação deste Instrumento, para ressarcimento da CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos.

9.7. Caso a retenção não possa ser efetuada, no todo ou em parte, na forma prevista nas alíneas acima, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, recolher o respectivo valor em Agência indicada pela CONTRATANTE, sob pena de imediata aplicação das medidas judiciais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos créditos oriundos da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Código da ficha: 228
Órgão: 02 PODER EXECUTIVO
Unidade: 12 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Dotação: 12.361.0012.2017.00003.90.30.00
MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, acréscimos ou supressões que se fizerem de até 25% (Vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado dos serviços contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO E SUBORDINAÇÃO LEGAL:

12.1. As partes CONTRATANTES submetem-se às condições ora acordadas e aos ditames da Lei 10.520/02 e o Decreto 3.555/2000 e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93, Lei Complementar 123/06, Lei 11.488/07.

12.2. Constituirão partes integrantes deste Contrato, o Edital, seus Anexos, e a Proposta Econômica da CONTRATADA, estando vinculado a eles.

12.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente Contrato na imprensa oficial, nos termos da legislação vigente.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO:
É vedada a subcontratação total. A subcontratação parcial do objeto do contrato é permita se for autorizada expressamente pela administração.

CLÁSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:
Elegem as partes contratantes o Foro de Bom Jardim-MA, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito.

Bom Jardim/MA, 17 de maio de 2021.

Joselma Lilian Cunha Ferreira
Secretária Mun. de Educação

JOSELMA LILIAN CUNHA FERREIRA
Secretaria Municipal de Educação
CONTRATANTE

Jucelino da Silva Xavier

JUCELINO DA SILVA XAVIER
024.865.823-98
CONTRATADO